



Organisation
des Nations Unies
pour l'éducation,
la science et la culture



**ATELIER NACIONAL SOBRE “ OS ESTADOS NAÇÕES E O
DESAFIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DA AFRICA DO OESTE:
O CASO DE CABO VERDE”**

RELATÓRIO FINAL

PRAIA, 4-5 DE ABRIL DE 2007

SIGLAS E ABREVIACOES

ACBF	African Capacity Building Foundation
APE	Acordos de Parceria Económica
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental
CILSS	Comit Inter-Estados de Luta contra a Seca no SAHEL
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
FAC	Fundao Amílcar Cabral
MOST	Management of Social Transformation Programme
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
UA	União Africana
UEMOA	União Económica e Monetária Oeste Africana
UNESCO	Organizao das Naes Unidas para a Educao, a Ciência e a Cultura

INTRODUÇÃO

Teve lugar na cidade da Praia, nos dias 4 e 5 de Abril de 2007, o Atelier “Os Estados – Nação e o Desafio da Integração Regional da Africa do Oeste: O caso de Cabo Verde” organizado pela Fundação Amílcar Cabral, pelo Sector das Ciências Sociais e Humanas, UNESCO Paris e a Unidade Regional para as Ciências Sociais e Humanas em Africa, Escritório da UNESCO, Dakar.

A realização do Atelier contou também com o apoio do Governo de Cabo Verde, do Trust-Africa e do African Capacity Building Foundation (ACBF).

Esta iniciativa insere-se no âmbito do Programa MOST - Gestão das Transformações Sociais – que tem pilotado um debate intenso sobre a problemática da integração na Africa Ocidental, apadrinhando estudos e Ateliers nacionais em cada um dos estados-membros da CEDEAO.

Os estudos e os Ateliers têm constituído pontos de partida e de debate sobre a integração oeste africana, discutindo as experiências de organizações regionais e/ou sub regionais, nomeadamente a CEDEAO; CILSS, UEMOA, etc.

O Atelier da Praia acontece num momento particularmente importante e interessante para Cabo Verde, uma vez que o arquipélago recentemente graduado pelas Nações Unidas como País de Desenvolvimento Médio se confronta com uma série de desafios decorrentes desta nova realidade. Assim, a tendência previsível da diminuição da Ajuda Pública ao Desenvolvimento exige do Governo e da Nação uma capacidade empreendedora de procura de parcerias públicas e privadas, nacionais e internacionais que possam continuar a assegurar o processo de desenvolvimento, aumentando a competitividade do país.

Este repto é tanto maior quando se enfrenta, num mundo globalizado, desafios novos e cada vez mais complexos, em que os factores que determinam, a um só tempo, as vantagens comparativas e competitivas são por demais fluidos e móveis.

Para um pequeno estado insular e saheliano, desprovido de recursos naturais, a busca de âncoras que facilitam o processo de integração no mercado global é mais do que um imperativo, é uma necessidade.

Neste contexto, a integração económica e o estabelecimento de parcerias com agrupamentos económicos ganha relevância tanto a nível da definição de prioridades de políticas governamentais como da definição da pauta das prioridades nas relações internacionais.

Tal configuração acaba por se estender à sociedade civil, com os operadores económicos, intelectuais e académicos e demais *opinion-makers* a tematizar as escolhas reais ou potenciais dos decisores políticos.

No contexto concreto de Cabo Verde, numa reflexão por vezes pautada por ambiguidades e posições maniqueístas, as posições oscilam entre o ficar ou sair da CEDEAO e buscar um porto de abrigo no estabelecimento do que tem vindo a chamar-se “parceria especial com a União Europeia”.

Como se poderá ver da análise de muitas comunicações e dos debates que se lhes seguiram o Atelier da Praia trouxe para a discussão pública e num fórum plural esta problemática de forma clara tanto em termos dos actores presentes quanto das posições técnicas e políticas esgrimidas.

Resulta também do Atelier, a consciência da importância do programa de pesquisa “Os Estados-Nação e o Desafio da Integração Regional da África do Oeste” no proporcionar possibilidades de circulação as elites regionais, condição importante para o conhecimento mútuo, factor igualmente de construção de projectos comuns regionais.

Neste sentido, o Atelier constitui um primeiro passo na realização de pesquisas em ciências sociais sobre a integração regional e sua interface com o processo de elaboração de políticas públicas.

Objectivos do Atelier

O Atelier da Praia, realizado nos dias 4 e 5 de Abril de 2007, vem na sequência de outros nove Ateliers nacionais efectuados em outros países da região, e teve, considerando que Cabo Verde constitui o único Estado, não continental, da África Ocidental os seguintes objectivos:

- Identificar os diferentes domínios, tanto globais como específicos ou sectoriais cobertos pela integração regional ;
- Analisar o processo histórico e a situação actual de Cabo Verde em relação às dinâmicas locais de integração regional ;
- Discutir o estado da cooperação de Cabo Verde no contexto regional;
- Identificar os desafios e as perspectivas de integração regional;
- Permitir o intercâmbio de ideias e pontos de vista entre vários actores sobre o processo de integração regional.

Assim, durante dois dias pode-se discutir e explorar as especificidades históricas, sociais e culturais, assim como os desafios económicos e políticos de Cabo Verde.

Da mesma forma, o Atelier teve como objectivo confrontar a realidade e as especificidades de Cabo Verde com a dos outros países da região oeste africana, o que justificou a presença dos coordenadores do programa de vários países.

Primeiro dia: 4 de Abril de 2007

I - CERIMÓNIA DE ABERTURA

A cerimónia de abertura do Atelier foi presidida pelo Dr. Aristides Raimundo Lima, Presidente da Assembleia Geral, tendo contado também com as presenças do Presidente da Fundação Amílcar Cabral, o ex-Presidente da República Aristides Pereira, o Sub-Director Geral da UNESCO para as Ciências Sociais e Humanas, Pierre Sane e o Reitor da Universidade de Cabo Verde, António Correia e Silva.

Na sua alocução de abertura, o Presidente da Fundação Amílcar Cabral, enquanto co-organizador do evento para além de agradecer os diversos parceiros da realização do Atelier e ao Presidente da Assembleia Nacional que aceitou presidir a sessão solene de abertura, ressaltou a importância do evento sublinhando que o Atelier acontece “num momento em que todos os países da sub-região debatem os problemas resultantes dos desafios da integração regional pelo que Cabo Verde também assume as suas responsabilidades acerca da importância e oportunidade do debate sobre as parcerias estratégicas, procurando congregiar os diversos actores da sociedade cabo-verdiana: políticos, decisores, empresários, intelectuais, técnicos e cidadãos.”

Ressaltou ainda que a Fundação Amílcar Cabral acredita que as actividades de investigação nestes domínios e a abertura de diálogo com os diversos sectores da sociedade cabo-verdiana revelam-se de extrema importância para o futuro de Cabo Verde. Isto porque a análise desapassionada e descomplexada das grandes questões nacionais são cruciais de forma a influenciar o processo de tomada de decisões a partir de um olhar plural e multifacetado.

Neste âmbito, avançou, a Fundação Amílcar Cabral tomou a decisão de criar, no seu seio, um Centro de Estudos Africanos, espaço privilegiado para a promoção de programas de investigação e de debate sobre as grandes questões que se prendem com a realidade africana de Cabo Verde e suas relações com os demais países do continente.

Por seu turno, o Sub-Director Geral da UNESCO para as Ciências Humanas e Sociais, Sr. Pierre Sané, começou por contextualizar a realização do Atelier, afirmando que ele vem na sequência de outros realizados já em cerca de oito países vizinhos membros da CEDEAO para, de seguida, ressaltar a importância que a UNESCO, no quadro do Programa MOST, tem dado aos investigadores da CEDEAO, facilitando trocas e sinergias que uma perspectiva pluridisciplinar e internacional pode criar e que pode, também, constituir um elemento activo na integração ao serviço dos povos africanos.

Mais ainda, salientou, o facto de que a integração regional constitui hoje uma condição de desenvolvimento. Malgrado os conflitos ainda existentes na região - o que pode favorecer uma leitura pessimista da integração - o desafio da integração regional deve estar no centro das políticas dos governos já que a globalização assim o exige. Neste contexto, assinalou o orador, a problemática da integração regional oeste-africana de sucesso constitui um grande e verdadeiro desafio.

Ancorando-se no pensamento de Amílcar Cabral, o Sr. Sane sublinhou, citando Cabral que «a valorização, no seu conjunto, das riquezas do nosso continente, das capacidades humanas, morais, culturais do nosso continente, contribuirá para criar um espaço humano rico, consideravelmente rico, que por sua vez contribuirá para enriquecer ainda mais a humanidade. Mas nós não queremos que o sonho possa trair, nas suas realizações, os interesses da cada povo africano.»

Circunscrevendo novamente a realização do Atelier no quadro regional, o Sub-Director Geral da UNESCO para as Ciências Sociais e Humanas apontou para o facto de que «é no quadro de uma concertação crescente das interfaces entre a investigação e formulações de políticas que a UNESCO interessou-se pela problemática da integração esperando que, no fim do processo, todos os actores implicados conduzirão a três resultados», a saber: (i) implementação, em cada país, de um mecanismo que permite continuar o diálogo; (ii) organização de uma Conferência internacional sobre a integração regional na África do Oeste que permita a realização de uma síntese desta série de Ateliers nacionais; (iii) criação de um Centro de Investigação oeste-africano para a integração regional que pereniza e desenvolve a reflexão.

De igual modo, o Reitor da Universidade de Cabo Verde sublinhou a importância que esta instituição acorda as iniciativas do género, sobretudo quando provenientes de

instituições da sociedade civil, sublinhando que “a Universidade de Cabo Verde se sente sempre comprometida e incitada a participar, quando o tema é, como este que aqui e agora se vai discutir, as relações culturais, científicas, comerciais e demográficas de Cabo Verde com a sua vizinhança continental.”

Ressaltando a condição africana da Universidade de Cabo Verde o Reitor reiterou o compromisso de contribuir, a partir das acções de formação, investigação e reflexão, para o *empowerment* científico do continente e para a aproximação dos membros da comunidade científica e académica africana.

Centrando na problemática da integração oeste-africana, temática central do Atelier, o Prof. Correia e Silva fez ressaltar o facto de que para ele, a integração é, essencialmente, um problema de conhecimento. Segundo ele, “só pelo conhecimento aprofundado das potencialidades de desenvolvimento que ela encerra, só pelo conhecimento dos mecanismos através dos quais ela se processa, os povos estarão conscientes das suas opções de inserção internacional.” Neste âmbito, às universidades africanas é reservado uma função de relevo, função essa que a Universidade de Cabo Verde aceita e assume

Finalmente, o Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Dr. Aristides Lima, sublinhou na sua intervenção que a temática do Atelier tornou-se, neste momento, uma questão incontornável da política externa cabo-verdiana, mormente no contexto de hoje.

Procedendo a uma análise jurídico-constitucional da integração, o Presidente da Assembleia Nacional apontou como as diversas constituições cabo-verdianas incorporam tal problemática. Neste quadro, a primeira Constituição de 1980 dispunha no seu artigo 17º/3 que «Sem prejuízo das conquistas alcançadas através da luta de libertação nacional, a República de Cabo Verde participa nos esforços que realizam os Estados africanos, na base regional ou continental, em ordem à concretização do princípio da unidade africana», por sua, apontou o orador, a actual Carta Magna (1992) consagra no artigo 11º/7 que «O Estado de Cabo Verde empenha-se no reforço de sua identidade, da unidade e da integração africanas».

Neste sentido, a busca da integração regional e sub-regional têm um estatuto constitucional, mostrando a vontade política dos actores políticos cabo-verdianos no projecto.

Aliás, fazendo uma reconstrução do ideário de integração africana na história política do continente, o Presidente da Assembleia Nacional demonstrou como várias gerações de líderes africanos pugnaram pela unidade dos povos, estados e nações africanos. Assim, a geração da independência dos países africanos, de entre os quais Amílcar Cabral, foi apontada como grandes ideólogos do pan-africanismo.

Ressaltou contudo que um conjunto de passos já foram dados, designadamente a nível institucional e prático e que se traduzem, no plano continental, na criação da União Africana, bem como da Nova Parceria para o Desenvolvimento da Africa - NEPAD e , a nível regional a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental).

Reforçou o Presidente da Assembleia Nacional na sua alocução que «Cabo Verde, como país que beneficiou da acção da OUA na sua luta pela independência, que foi membro da OUA e é membro da União Africana e da CEDEAO (...) não pode deixar de se apropriar do novo quadro institucional da integração africana e reflectir nestas estruturas de que é membro, e como tal, titular de direitos e obrigações».

Na sua reflexão, o Dr. Aristides Lima apontou os desafios e constrangimentos que, a seu ver, poderão ser os inimigos da integração. Neste âmbito, apontou a existência de Estados soft que não “conseguem realizar os objectivos que se propõem, fracos no sentido de baixa institucionalidade e fraco rendimento. A isto acrescem a inércia política, a falta de recursos financeiros e humanos, a proliferação ou redundância de instituições e a construção das instituições de cima para baixo.»

De igual modo, o desconhecimento por parte da sociedade civil e dos cidadãos dos estados-membros de suas instituições supra-nacionais impede não apenas uma efectiva assumpção e internalização da importância das mesmas como dificulta a passagem da dimensão político-institucional para a dimensão económica, social e cultural.

No entanto, sublinhou o Presidente, o actual momento parece ser adequado e oportuno para discutir os desafios que a integração regional coloca. Para Cabo Verde, sublinhou, é necessário a assumpção de suas responsabilidades políticas, institucionais e estatutárias, bem como buscar «fórmulas organizativas e institucionais internas para a promoção de uma participação activa e consistente do país no âmbito

da CEDEAO e da União Africana em geral, dar visibilidade institucional à preocupação com a integração a nível da política externa».

O Presidente da Assembleia Nacional encerrou o seu discurso de abertura conclamando a todos a “procurar e percorrer o nosso próprio caminho em função da nossa história africana e dos objectivos superiores da República”.

II- CONFERÊNCIAS E DEBATES. SÍNTESE

Conferência: A problemática da emigração clandestina e os Direitos Humanos

Conferencista: Dr^a Vera Duarte, Juíza Desembargadora e Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania

Moderador: Dr. David Hopffer C. Almada, Advogado e Deputado

Debatedora: Dr^a. Zelinda Cohen, Historiadora e Comissária da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania

A conferencista construiu a sua intervenção em torno de dois grandes eixos que, por sua vez, se articulam com os direitos humanos.

O primeiro analisou a problemática das migrações internacionais e sua magnitude nos dias de hoje, que se deve em grande parte às fortes restrições impostas pelos países desenvolvidos aos fluxos populacionais provenientes dos países não desenvolvidos.

O segundo centrou na análise da situação cabo-verdiana actual que, pela primeira vez na sua história, transformou-se num país de imigração. Neste quadro propôs-se a conferencista debruçar sobre o impacto dessa imigração na sociedade cabo-verdiana e, neste contexto, analisar as políticas públicas de imigração.

No entanto, desde logo, a conferencista decidiu analisar a “imigração clandestina”, expressão não discutida em termos de sua capacidade heurística, sendo tomada acriticamente como fluxos populacionais de um dado país que entram num outro por vias e procedimentos ilegais.

Para a conferencista, tal fenómeno decorre da instabilidade nos países não desenvolvidos e que resultam de guerras e demais conflitos armados, má governação, fome, pobreza, corrupção, intolerância política e religiosa etc.

A inexistência de condições de fixação nos países de origem e as dificuldades impostas nos países de destino têm feito, na perspectiva da autora, multiplicar

situações de violação dos direitos humanos, desde logo, á vida pelas condições sub-humanas e perigosas de transporte, bem como tem alimentado a existência de uma indústria de “imigrantes clandestinos”.

Neste contexto, a análise dessa problemática, complexa e multidimensional, demanda que se coloque no centro os “imigrantes clandestinos”, enquanto seres humanos detentores de direitos humanos, e só depois os estados e suas políticas de imigração.

Na perspectiva da conferencista não obstante a existência de uma grande quantidade de Pactos e outros instrumentos jurídicos internacionais sobre a matéria, não se tem conseguido abordar de forma adequada e sistémica a questão, fazendo com que políticas isoladas de estados ou organismos supra-nacionais se sobreponham a visão humanista e global do fenómeno, atacando adequadamente as causas e não se restringindo ás consequências.

No contexto específico de Cabo Verde, a conferencista apontou o facto de se ter passado de uma país tradicionalmente de emigração para um país de imigração, recebendo fluxos migratórios dos países vizinhos da costa ocidental africana. Tais migrantes, na perspectiva da autora, utilizam Cabo Verde como ponto de passagem real e simbólica para os países europeus ou para os Estados Unidos da América.

De igual modo, assinala a conferencista, a tranquilidade política do país, o crescimento económico e sua posição geográfica constituem factores de atracção para a fixação no país. Contudo, observa que o processo de integração desses imigrantes não tem sido fácil, o que resulta, em parte, de uma certa estigmatização social por parte dos nacionais.

De igual modo, a conferencista ensaia analisar o impacto da imigração na sociedade cabo-verdiana, apontando a reduzida “capacidade de carga” do país. Por isso, aponta a existência «dos reflexos negativos que pode gerar do ponto de vista individual e social», questionando de seguida sobre a necessidade e do como controlar os aspectos perversos da imigração.

Sem fazer uma análise aprofundada da questão a autora avança com a ideia de se ter em Cabo Verde um “projecto humanista assente na convicção de que é possível construir um mundo de respeito pela dignidade, direitos e liberdades de todos”, para, a partir dais, sugerir um conjunto de recomendações no domínio das políticas de

imigração que favoreçam a integração dos imigrantes, valorizem e respeitem os seus direitos humanos.

Em relação à imigração clandestina avança a conferencista com sugestões no sentido de, em colaboração com os países destinatários, se desenvolvam projectos que garantam um adequado tratamento dos migrantes.

A debatedora, Dra. Zelinda Cohen, chamou atenção para o facto de Cabo Verde estar a defrontar um fenómeno novo e que ultrapassa a mera questão da imigração, algo possível e coberto legalmente no quadro da livre circulação de pessoas e bens no quadro da CEDEAO. O fenómeno novo tem a ver com a “imigração clandestina” massiva para aos países europeus e que utiliza Cabo Verde, particularmente o seu espaço marítimo, para a viagem, sendo que em alguns momentos acabam por aportar as ilhas. Neste contexto, impõe-se medidas de acolhimento, num contexto em que o país não dispõe de condições para o efeito, bem como de atenuação e coibição dessas práticas. Mais ainda, a situação tende a agravar-se quanto, subjacente ao fenómeno, está o tráfico de pessoas.

Para a debatedora a imigração clandestina afigura-se como um embaraço para os Estados. Afirma que ela se diferencia da imigração ilegal e está em curso de regularização pelas diversas partes.

Sublinha tratar-se de um tema específico no quadro do Atelier, uma vez que se trata de um problema que deve ser muito bem discutido no sentido de ver as melhores políticas dos diversos estados, bem como a sua correlação com os direitos humanos.

Para Cabo Verde, refere, a problemática é duplamente espinhosa considerando, por um lado, as características da imigração clandestina, uma vez que Cabo Verde é, no essencial, ponto de passagem o que, por vezes, coloca problemas em relação aos compromissos de Cabo Verde com outros países.

Para os direitos humanos a imigração clandestina constitui um desafio na justa medida em que para lá das respostas imediatas deve-se equacionar de forma mais duradoura a questão o que impõe uma abordagem regional e global.

Conferência: A especificidade de um Estado Insular e Diasporizado

Conferencista: Dra. José Maria Semedo, Geógrafo e professor universitário

Moderador: Dr. David C: Hopffer Almada

Debatedora: Dr. Charles Akibodé, Geógrafo, Investigador

A comunicação do conferencista procurou essencialmente articular a condição arquipelágica de Cabo Verde e sua reduzida dimensão com a problemática da integração regional no quadro da CEDEAO. A essência do questionamento está em articular o afastamento físico e geográfico de Cabo Verde dos demais países continentais membros da CEDEAO, as vulnerabilidades estruturais do país, a sua reduzida capacidade de carga e forte dependência externa.

Para o autor “ a condição de micro-estado (...) limita seriamente as aspirações de afirmação regional e as reivindicações de espaço próprio na cena internacional “.

Não obstante tal facto, Cabo Verde tem tido, aponta o autor, de forma sistemática, uma política de busca de integração regional, de que a CEDEAO é um exemplo.

Aliás, em alguns momentos, a reflexão do autor ultrapassa o quadro de integração regional oeste africana para recobrir outros espaços como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a Francofonia, o CILSS, etc.

Neste contexto, a integração regional seria, para Cabo Verde e partir dele, uma oportunidade para o seu desenvolvimento e inserção no mundo globalizado ou não.

Fazendo uma incursão histórico-geográfica o conferencista regressa aos primórdios do povoamento das ilhas para demonstrar a sua precariedade e vulnerabilidade ecológico-ambiental ao mesmo tempo que demonstrando as suas potencialidades no contexto da expansão marítima, particularmente a ibérica.

Ao mesmo tempo mostrou o autor que a localização do arquipélago tem tido, ao longo da história do país, uma importância pendular, dependendo dos “destinos (origem e

chegada) e das conjunturas internacionais governadas pelos destinos, algo que sempre aconteceu ao controlo do arquipélago”.

Em todo o caso, afirma o conferencista, nos dias de hoje impõe-se para o país a busca premente da integração, afirmando que Cabo Verde “não pode correr o risco de aumentar o seu isolamento num mundo em globalização.”

Assim, a integração de Cabo Verde na região oeste africana deve ser potenciada a par da exploração de outros mecanismos institucionais de integração com outros espaços, aumentando o leque de oportunidades de que o país precisa. Na perspectiva do autor não se justifica pensar a problemática da integração em termos disjuntivos, isto é, não existem argumentos convincentes para se pensar ou a integração na CEDEAO ou a parceria especial com a União Europeia. Os dois processos poderiam caminhar conjuntamente e Cabo Verde deverá ter a noção clara dos benefícios que cada um desses processos trará ao país.

O debatedor, afirmou que o tema é actual na medida em que Cabo Verde se encontra a preparar o Dossier Cidade Velha a apresentar à UNESCO na perspectiva de vir a ser declarada património histórico da Humanidade.

Reforçou, o Dr. Ckarles Akibodé, na mesma perspectiva que o conferencista, que Cabo Verde possui fortes especificidades no quadro regional, sublinhando a sua condição de duplo arquipélago: são ilhas no atlântico, mas também um arquipélago do ponto de vista linguístico.

Não se pode inverter o olhar de marginalização linguística, fazendo com que a língua portuguesa seja uma força, ultrapassando o quadro da região oeste africana e agregar a CPLP, nomeadamente o Brasil, questionou o debatedor.

Da mesma forma questiona o debatedor se em relação á marginalização de Cabo Verde no quadro regional não estará subjacente toda uma história construída desde a colonização, sendo por isso, Cabo Verde vítima?

No debate que se seguiu, as grandes questões colocadas se centraram à volta dos seguintes tópicos:

1. Em relação á denominada «imigração clandestina» sublinhou-se o facto de a imigração se tratar de um fenómeno novo, não se devendo implementar políticas e práticas de negação, considerando que os movimentos populacionais são inevitáveis e, em muitos casos, desejáveis, malgrado toda a carga pejorativa que se tem vindo a registar, particularmente nos países desenvolvidos. Não se pode esquecer que o fenómeno das migrações internacionais é um facto e o que se deve ter presente é sua adequada gestão. Num mundo globalizado, numa economia globalizada, de fronteiras económicas e financeiras abertas, mas com desequilíbrios significativos, os movimentos populacionais estarão forçosamente integrados nesta dinâmica.
2. Impõe-se rapidamente definição de políticas de imigração que assegurem a integração dos imigrantes, bem como um quadro legal que defina os mecanismos de entrada e fixação.
3. Alguns intervenientes chamaram a atenção para o facto de haver uma tendência de concentração da análise nos constrangimentos e nas ameaças seja da imigração seja da integração, esquecendo-se as oportunidades e os pontos fortes daí resultantes, designadamente como facilitadoras da integração de povos e que se faça “*par le bas*”. Neste sentido, uma análise sistémica se impõe.

Conferência: Cabo Verde e a CEDEAO: uma questão identitária

Conferencista: Prof. Dr. Gabriel Fernandes, Sociólogo, Professor Universitário

Moderador: Prof. Cláudio Furtado, Sociólogo, Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade de Cabo Verde

Debatedor: Dr. Crisanto Barros, Sociólogo, Vice-Reitor da Universidade de Cabo Verde

Na sua comunicação do Prof. Gabriel Fernandes procurou em primeiro lugar fazer um balanço sobre as novas reflexões teóricas e políticas sobre a questão identitária e que emergem da necessidade de compreender novos sentidos, novas formas e novas sociabilidades num mundo globalizado. Nestes termos, refere que se impõem “compreender como identidades, pertenças e lealdades podem desenvolver-se e funcionar no âmbito da globalização”.

Topologicamente situado a partir de Cabo Verde e no contexto da CEDEAO, o autor busca tentar compreender “algumas das possíveis vias para se pensar uma acção estratégica no âmbito da CEDEAO não tanto a partir das tradicionais políticas de identidade e diferença quanto da exploração de novos rumos, orientados para um futuro colectivo a partilhar.”

Ao analisar a questão identidade, constata o autor que hoje em dia com a interconexão do mundo as identidades assentes em conglomerados históricos duráveis deixaram de encontrar espaços societários de estruturação. Antes são identidades fluidas permeadas pela heterogeneidade, pela interculturalidade e pela hibridização que tendem a ganhar relevo.

As categorias identitárias e classificatórias clássicas como classes sociais, etnias, nações tendem a perder a sua capacidade heurística dando, por isso, lugar a novos conceitos que os inter cruzam e, nesse processo, os supera.

Com efeito, assiste-se, segundo o conferencista a uma perda de centralidade de dimensões colectivas e macro de referência, para dar lugar a uma predominância

da individualização que atinge o próprio eu, por conseguinte novos paradigmas devem ser buscados.

Neste contexto propõe o autor que se procure reflectir a questão identitária tendo por parâmetros novos referenciais assentes num novo humanismo cosmopolita, essencialmente inclusivo e que rejeita a negação e toda a perspectiva analítica binária e dual.

A dimensão híbrida e translocal bem como a diásporização, que caracterizam a experiência histórica e identitária cabo-verdiana, constituem, no contexto actual da globalização e na perspectiva de busca de espaços supra-nacionais de ligação, sem dúvida, uma grande oportunidade.

No âmbito da CEDEAO, o conferencista aponta alguns elementos comuns que perpassam os países e os povos e que, sem os reificar, podem constituir alavancas importantes de subversão das “fronteiras”, ainda que simbólicas. O passado colonial e a experiência diaspórica que caracteriza todos esses países podem levar à necessária desterritorialização, condição para uma dinâmica e inteligente exercício e prática de integração.

Neste contexto, propõe o conferencista que se explorem “vias para a intensificação de trocas culturais, comerciais e políticas que podem resultar em importantes ganhos, susceptíveis de contribuir para a percepção de historicidades mutuamente condicionadas e, a longo trecho, para a potenciação de uma democracia cosmopolita.”

O Dr. Crisanto Barros na sua introdução aos debates sublinhou a complementaridade das comunicações, fazendo sublinhar um elemento estruturante da condição de Cabo Verde que é a sua propensão diaspórica. Sublinha ainda que a nossa trajectória colonial nos une à CEDEAO, salientando que a globalização constitui uma oportunidade de nos transformarmos em “alguém”. Esta possibilidade real aparece na contraposição da história da nossa constituição, particularmente do aporte continental e que se situa na transformação dos africanos em Cabo Verde em “ninguém”.

A globalização aparece como a possibilidade de afirmação da cultura cabo-verdiana, cosmopolita, mas não numa lógica essencialista ou binária da discussão da questão da identidade nacional. Isto é, diz o debatedor que o conferencista busca resgatar a questão da cultura cabo-verdiana no quadro do desafio de um humanismo cosmopolita, o que permite uma relação dialéctica com a região.

A aposta que o conferencista faz na educação como factor para construção de um humanismo cosmopolita foi sublinhada pelo debatedor como devendo estar voltada para algo que centre menos na cristalização da condição presente, mas antes aposte no incerto, na porosidade dos sistemas e das relações, condição essencial que poderá permitir a integração de Cabo Verde seja a nível regional seja global.

Conferência: Cabo Verde e a Integração na África Ocidental: Do Africano ao escravo cabo-verdiano: Trajectória do processo de reconstrução da identidade social

Conferencista: Dr. António Leão Correia e Silva, Reitor da Universidade de Cabo Verde

Moderador: Prof. Cláudio Furtado, Sociólogo, Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade de Cabo Verde

Debatedor: Dr. Mário Fonseca, escritor e ensaísta

Para o conferencista, a sua comunicação é, antes de mais uma proposta de trabalho, isto é de um projecto de investigação em curso e que procura centrar-se no esforço de explicação e de interpretação de um caso em concreto, a ilha de Santiago de Cabo Verde. Contextualizando a sua pergunta de investigação, ou seja, qual é o marco zero da relação entre a África Continental e Cabo Verde. Ou como a África Ocidental tornou Cabo Verde este conhecido possível.

Propõe-se o conferencista privilegiar a análise de factos e situações, explorando as virtualidades da empiria, da história, dos actores, dos factos, acontecimentos e dos sujeitos enquanto entidades bem concretas. Neste sentido, questiona o autor se, num mundo globalizado, de grandes grupos e corporações, da busca crescente por integração seja em termos de blocos económicos, políticos e sociais regionais, seja mesmo transcontinental, terá alguma importância centrar-se na dimensão micro, em sujeitos, num exercício da narrativa histórica.

Afirma o autor que a história da ilha de Santiago marca o momento inicial, originário da diáspora do homem negro, do africano. É em Santiago que a África se atlantiza de um modo trágico, mas marcante para a construção do mundo. Neste contexto, a análise das trajectórias de actores pode ser fundamental para uma adequada compreensão de situações presentes, daí a importância da abordagem retida.

Cabo Verde, afirmou o conferencista, se fez africano, mas poderia não ter sido....Com efeito, impõe-se perguntar quais são as possibilidades, as alternativas entretanto existentes na altura e que fizeram com que o sentido histórico tivesse sido o que realmente foi.

Ressalta o autor que o projecto colonizador inicial era o de reproduzir em Cabo Verde um modelo societal de matriz euromediterrânica, nos mesmos moldes do que acontecera nas outras ilhas atlânticas a norte. No entanto, este modelo rapidamente é deixado de lado, constatadas que foram que as condições locais, incluindo a sua distância em relação ao “reino” inviabilizariam tal projecto.

De igual modo, rapidamente se constata que a importância de Cabo Verde no âmbito do projecto colonial estaria no contravalor em relação à costa da Guiné, enquanto espaço e elo articulador. É neste contexto que a sociedade cabo verdiana surge.

Aliar, sublinhou o conferencista, esta questão da relação dialéctica com o continente africano vai se colocando muitas vezes no decorrer da história de Cabo Verde e a discussão sobre a integração regional oeste africana inscreve-se neste âmbito.

Retomando a sua reconstrução historial, o Dr. Correia e Silva ressaltou que Cabo Verde foi inicialmente pensado como entreposto, num primeiro ensaio globalizante. Só mais tarde se viria a descobrir virtualidades de produção, cujos produtos deveriam ser comercializados com a costa africana.

Mecanismos de constituição da sociedade cabo-verdiana por intermédio de incorporação de africanos. Diz o conferencista que Cabo Verde é um espaço não de encontro mas de “encontrão” do africano que chega como cativo e força de trabalho e sua incorporação para um novo modelo societal passa pela sua ressocialização, designadamente na aprendizagem de técnicas e nova língua.

Voltando á questão de investigação inicialmente colocada, o autor pergunta “por que processos se transmutaram os africanos cativos em cabo-verdianos, em crioulos.”

Uma das primeiras formas desse processo de transmutação está no baptismo cristão. Associado a este facto, está o processo concomitante de nomeação, num acto ritual importante enquanto mecanismo de, através da retirada do nome de origem e a outorga de um outro, marcar uma ruptura, cortar parte significativa de sua memória

histórica. Este processo inscreve também o cativo num outro e novo contexto, torna-o um sujeito, um indivíduo e não uma “peça”.

Uma segunda forma reside na estrutura laboral das fazendas agrícolas. Esta funcionou como importante mecanismo de ressocialização dos escravos cativos. Com efeito, não obstante tratar-se de uma sociedade escravocrata, existiu desde muito cedo uma heterogeneidade entre os escravos, podendo-se mesmo afirmar, segundo o conferencista, que terá existido alguma aristocratização do escravo. O elemento importante desta heterogeneidade reside no facto dela ter introduzido um ideário de mobilidade dentro do mundo escravo, o que reduz possibilidades de revoltas e de fugas.

Uma terceira forma reside na própria estruturação da família. Para o autor a família dos cativos esteve sempre centrada na figura da mãe. A referência ao pai apenas existia para as classes possidentes.

Neste contexto, a família não constituiu para os africanos transportados para a ilha um suporte de transmissão da memória.

Contudo, não obstante todos esses mecanismos de ressocialização, a eficácia na repressão da memória africana nem sempre aconteceu. Os mecanismos de resistência mostram isso: fugas, revoltas e reinterpretação de modelos europeus transplantados desde sempre e cedo fizeram parte do quotidiano de Cabo Verde e dos cativos.

O Dr. Mário Fonseca ao introduzir o debate da Conferência proferida pelo Dr. António Correia e Silva, afirmou que a abordagem seguida foi de extrema novidade, fazendo uma cirurgia metodológica, chegando ao cerne da nação cabo-verdiana, qual seja a ilha de Santiago. Afirmou que a nação e o Estado cabo-verdianos emergem a partir desta ilha.

Ressalvou o facto dos nativos originários provenientes de várias etnias tiveram que proceder a uma reapropriação espacial e linguista, condição para a sua ressocialização e domínio da nova condição.

Retomando a importância do baptismo, incorpora a dimensão litúrgica, significando um renascimento. O escravo morre enquanto oriundo de uma determinada etnia para renascer na ilha de Santiago, como crioulo ou cabo-verdiano.

Na sua perspectiva os “*badius*” constituem o primeiro homem livre, os fujões, da dominação a que estavam sujeitos nas plantações, constituindo o ponto de partida da “aventura crioula”.

Cabo Verde, corrobora o debatedor, não é um espaço de encontro, mas sim de violência, de busca de imposição, como sublinhou o conferencista, um encontro mas que conduziu à resistência, á revolta a um reposicionamento.

No debate que se seguiu um conjunto de aspectos foram levantados, devendo ser sublinhados os seguintes: (i) O importante a ter em conta na discussão da identidade é menos a distância de Cabo Verde em relação a Portugal ou ao continente africano e antes a função de conexão desempenhada num determinado contexto entre vários continentes e que permitiu que Portugal tenha desempenhado um papel importante nas trocas comerciais. (ii) A distância que se coloca entre Cabo Verde e o continente africano é menos física e eventualmente muito mais histórica no sentido de que a despersonalização referida por um dos conferencistas terá destruído o homem africano trazido para as ilhas, ao cortar umbilicalmente a sua memória histórica, étnica e cultural que, eventualmente, poderia constituir a ponte de ligação das ilhas com o continente. (iii) A desterritorialização dos cabo-verdianos se é facto que constitui um elemento de ruptura com o continente, no contexto da globalização ela pode ser potenciada como elemento de colocar Cabo Verde e os cabo-verdianos na região oeste africano e no mundo. (iv) Como reconstituir, ainda que do ponto de vista do imaginário, a ligação com o continente africano, cuja história e cultura constituem uma das vértices da cultura híbrida que caracteriza a cultura cabo-verdiana. (v) Importa reflectir sobre a ambiguidade aparentemente estrutural da identidade cabo-verdiana, eventualmente herdeira da despersonalização a que foram sujeitos os cabo-verdianos durante a história, e continuamente reproduzida. (vi) Salientou-se também a vitalidade da cultura cabo-verdiana que, precisamente pela suas características, ambiguidades e ambivalências, comporta uma grande plasticidade e capacidade de apropriar e reapropriar novos elementos, o que no contexto global pode constituir um elemento dinamizador e de força.

2º Dia: 5 de Abril de 2007

Conferência: As políticas públicas de integração de Cabo Verde na CEDEAO, no âmbito da estratégia global de desenvolvimento de Cabo Verde

Conferencista: Dr. José António Mendes dos Reis, Psicólogo, Ex- Ministro do Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais, Consultor

Moderador: Dr. Adão Rocha, Economista, Ex-Ministro da Indústria e Energia, Consultor

Debatedor: Dr. Manuel Pinheiro, Economista, Director Geral do Plano

O conferencista fez uma reconstrução histórica do processo de constituição da CEDEAO e das várias etapas seguidas por Cabo Verde para a sua adesão, bem assim a ratificação dos vários instrumentos de adesão. Neste contexto, sublinhou ter havido alguns descompassos temporais entre o momento da adesão e da ratificação por parte do Parlamento do Tratado de adesão. Desta forma, poder-se-ia inferir ter existido uma certa incongruência entre o discurso político defensor e impulsionador da unidade africana, em geral, e na sub-região em particular e a implementação de políticas de integração.

Na perspectiva do conferencista, as razões fundamentais da criação da CEDEAO e da adesão de Cabo Verde a esta organização foram essencialmente de ordem política e menos económica, o que explicaria – e explica – as dificuldades até hoje encontradas na sua efectiva consolidação.

Cabo Verde, segundo o orador, criou desde 1979 uma Comissão Nacional para as Questões da Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental, mas ela era constituída apenas por técnicos e não por governantes, o que diminui o seu peso na estrutura decisional do governo. Em 1991, decidiu-se fazer um *up-grading* da Comissão, colocando na sua presidência e vice-presidência dois membros do

Governo, a saber: o Ministro da Economia e dos Transportes e Comunicações e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

Mostrou o orador que, até 1996, os documentos definidores da política do governo, nomeadamente o Programa do Governo e os Planos de Desenvolvimento, não eram explícitos em relação às políticas, os objectivos, as estratégias e as metas a seguir no quadro da integração regional. Assevera o autor que no “Plano Nacional de Desenvolvimento 1996 – 2001, consagrou-se um conjunto de políticas que marca uma viragem decisiva em matéria de políticas de integração regional”.

Reconhece contudo o conferencista que muitas das políticas definidas não foram concretizadas, fazendo com que a integração real na CEDEAO, particularmente no domínio económico, não avançasse de forma significativa.

De igual modo sustenta o autor que se é a partir de 1991 que, de forma efectiva, a problemática da integração regional ganha contornos de políticas públicas do governo, uma nova inflexão viria a acontecer a partir de 2001. Refere o conferencista que “ O programa do governo 2001 – 2006 dedica apenas umas poucas linhas à problemática da integração regional. E não se constatam formulações de políticas públicas concretas e objectivas nesse documento em apreço.

Esse aparente desinteresse ou falta de crença no projecto de integração regional encontrou um forte impulso quando se abriu a possibilidade de Cabo Verde obter o estatuto de parceria especial com a União Europeia”.

A revitalização da CEDEAO e da política de integração oeste africana passa, para o conferencista, por um reposicionamento global dos actores envolvidos (Estados e Sociedades), para que se passe de retóricas políticas para a definição e implementação de políticas públicas adequadas e devidamente monitorizadas.

Na introdução ao debate, o Dr. Manuel Pinheiro começou por sublinhar as motivações que sustentam o processo de integração de Cabo Verde na CEDEAO e que vem antes da independência. Sublinhou a importância dos agentes económicos na concretização da integração. Neste contexto, sublinhou a importância da emigração seja ela organizada ou difusa.

Retoma as Grandes Opções do Plano que sublinham a necessidade de uma integração activa a nível da região, reconhecendo contudo a necessidade de diferenciar dimensões. A macro dimensão de natureza essencialmente política e a micro de natureza essencialmente económica. É na segunda dimensão, referiu o debatedor, que as maiores fragilidades se encontram.

No domínio da criação de condições institucionais para a implementação da integração, sublinhou os investimentos que têm sido feitos, designadamente em termos de infra-estruturas e que, em muitos casos, foram financiados por instituições financeiras regionais.

Questionou da necessidade de se reflectir sobre a melhor maneira de motivar os agentes económicos para darem concretude ás orientações políticas, sem descuidar a necessidade ainda de investimentos públicos que deverão facilitar a actividade dos operadores económicos.

De igual modo, sublinha a necessidade de superação de uma determinada ambiguidade tanto dos políticos como de grandes operadores económicos em avançar de forma mais firme e célere no processo de integração, considerando que o grande desafio está na dimensão económica. Com efeito sublinha que a circulação de pessoas é um facto e que o problema não se coloca a esse nível.

Conferência: A dimensão económica da Integração Regional

Conferencista: Dr. José Luis Rocha, Embaixador, Director Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Moderador: Dr. Adão Rocha, ex-Ministro da Indústria e Energia, Consultor

Debatedor: Dr. Júlio Sanches, Director Geral do Comércio

O conferencista introduziu a comunicação com a definição do perfil dos países que compõem a CEDEAO, sublinhando a um só tempo, que se trata da região mais povoada do continente africano e na qual Cabo Verde é o mais pequeno país tanto em termos de superfície como de população.

Do ponto de vista político a região apresenta uma forte heterogeneidade comportando países estáveis política e democraticamente, outros em situação de conflito, outros ainda em pós-conflito. No entanto, constitui percepção do autor que a tendência aponta para uma estabilização regional, condição seja da integração seja do desenvolvimento.

De acordo com o conferencista “os principais indicadores macroeconómicos da região atestam uma performance mitigada na região. Um crescimento económico de apenas 3,8% em 2006 contra 5,7% em 2005, como também, inferior ao mínimo de 7% fixado para a realização dos ODM.” Em todo o caso, refere, nos últimos anos, e que já vêm da última década do século passado, o crescimento económico da região tem vindo a ser menor que a mundial. De igual modo, outros indicadores económicos, designadamente a inflação, mostram que, em termos médios, a situação vivida na CEDEAO não é das mais confortáveis, não se atingindo as metas fixadas pela própria organização.

O peso da agricultura na formação do PIB da região atinge cerca de 60% e o comércio externo é preferencialmente feito para da região. Por isso, conclui o conferencista, um dos primeiros desafios do processo de integração regional oeste africana é ultrapassar

o seu fraco nível de comércio intra regional por um lado e a sua parte insignificante no comércio mundial, por outro lado.

Enumerando os instrumentos produzidos e que visam impulsionar o processo de integração económica, o conferencista apontou os seguintes: (i) Liberalização de trocas, transformando a região numa zona de livre comércio; (ii) Tarifa exterior comum (iii) Início, a partir de Dezembro de 1999, de um programa de convergência macroeconómica visando a criação de uma Zona Monetária Única na Africa do Oeste, com base num Mecanismo multilateral de fiscalização das reformas necessárias com essa finalidade.

Na perspectiva do conferencista, o projecto de constituição de uma União aduaneira, tributária da realização das condições precedentes não foi efectivado, criando, de certa forma, um compasso de espera no processo de integração económica. Por esta razão, o conferencista, conclui que “Não obstante a revisão do Tratado com a criação de mecanismos jurídicos e operacionais para acelerar a integração e as reformas empreendidas pelo Secretariado executivo / Comissão, o caminho ainda é longo e semeado de dificuldades, das quais as de natureza técnica não são as menores. Ou melhor, a sua superação depende de uma real política de convergência efectiva que não existe em muitos casos. “

Num terceiro momento de sua intervenção, o conferencista trabalhou as relações entre os países da região e seu principal aliado em termos de ajuda pública ao desenvolvimento, qual seja a União Europeia. Centrou a sua análise no quadro das implicações do Acordo de Cotonou, mostrando que este se estrutura em três pilares essenciais nomeadamente “diálogo político aberto a todas as questões, a cooperação financeira para o desenvolvimento e os acordos de parceria económica (APE) para substituir o anterior regime de preferências comerciais não recíprocas “.

Contudo, refere o conferencista, no caso concreto das APE tem vindo a acontecer dificuldades no processo negocial e que se prendem designadamente “na preparação dos países da região, com a conclusão da negociações técnicas e com o financiamento compensatório das medidas de desarmamento tarifário e outras transitórias de desenvolvimento do comércio.”

Estas dificuldades no processo negocial têm adiado a finalização dos acordos o que, na perspectiva do autor permite tirar mais uma conclusão:” O Processo de integração

das regiões africanas em geral e da CEDEAO, em particular, enfrenta dificuldades e acusa atrasos significativos. A União europeia, principal parceiro da região, esta apostada em fazer dos APE um instrumento de desenvolvimento ao serviço dessa integração, fornecendo-lhe apoios e mecanismos de reformas com vista a aceleração da mesma, com a condição de chegar a um entendimento viável com a CEDEAO e compatível com a OMC“.

Na sua última parte, o conferencista centrou a sua atenção na relação de Cabo Verde com a CEDEAO. Desde logo chamou a atenção para a particularidade de Cabo Verde, sendo a um só tempo, o menor dos países da organização e o único insular. Daí a necessidade, alias, previsto no Tratado da CEDEAO (Artigo 68), de um tratamento diferenciado.

No entanto, impõe-se definir em que consiste tal diferenciação no tratamento. Assim, para o autor no domínio da livre circulação de pessoas, Cabo Verde deverá invocar o princípio de tratamento diferenciado e “que venha a restringir a circulação as situações legalmente admissíveis e ao maior combate da criminalidade decorrente.” De igual modo, significa a inclusão de especificidades em relação às políticas de convergência designadamente nos domínios do comércio, agricultura, telecomunicações, indústria e transporte.

No domínio da constituição de uma zona monetária única também deve-se ponderar a possibilidade de tratamento diferenciado tendo em conta as opções já feitas por Cabo Verde. Da mesma forma, deve-se encarar a possibilidade de celebração de APE fora do quadro regional, através de um acordo de parceria directa com a União Europeia.

Por esta razão, segundo o autor, uma quarta conclusão impõe-se: “Ninguém põe em causa a pertença de Cabo Verde à Africa ocidental e a sua adesão e participação no Tratado da CEDEAO é disso prova eloquente. Contudo, a especificidade de Cabo Verde, o mais pequeno e único país insular em relação à massa continental da Comunidade apela a uma diferenciação de tratamento que o próprio Tratado prevê. Essa diferenciação deverá criar a compatibilidade entre essa pertença e avocação como à necessidade de Cabo Verde definir políticas mais ajustadas à sua especificidade em domínios tais como o comércio, a moeda, a migração e a circulação de pessoas, e em outros sectores que o justifiquem.”

Na introdução aos debates o Dr. Júlio Sanches sublinhou os pontos-chave da comunicação do conferencista para de seguida apontar os verdadeiros “enjeux” associados à problemática da integração regional. Neste sentido, refere que não há integração regional sem medidas e políticas consequentes. Estas devem ser adequadas á política de integração regional. Em segundo lugar, é preciso ter em conta que a integração pressupõe parceria, negociação, diálogo, Em terceiro lugar, é preciso questionar sobre as alternativas para Cabo Verde neste momento. E finalmente, coloca a questão da implementação das acções conducentes á integração. Sublinhou o debatedor que esta última constitui um grande *handicap* da CEDEAO.

Os desafios neste momento são aumentar os fluxos comerciais entre os países da CEDEAO, aumentar a capacidade de competitividade regional no contexto das trocas mundiais.

Observa-se, diz o debatedor, que se encontra em curso, neste momento, todo um processo de reorganização e reforma da CEDEAO no sentido de permitir uma maior capacidade para responder aos anseios dos Estados-Membro. Ressalva, contudo, que Cabo Verde precisa aproximar-se mais do quotidiano dessa organização, tornando-a melhor conhecida e, por esta via, colocando-a ao serviço do país.

Sublinha, particularmente no que se refere à livre circulação de pessoas e bens, que a questão não se coloca como amiúde se tem visto em Cabo Verde uma vez que o Protocolo prevê condições para a sua implementação, definido claramente as condições em que tal deve acontecer. Mais ainda sublinha o facto de Cabo Verde poder fazer valer a sua condição de país-arquipélago.

As reflexões mais importantes feitas durante os debates relacionam-se com:

- a) A importância de uma real incorporação dos operadores económicos no processo de integração. Com efeito, para lá das medidas de política impõe-se que os tecidos económicos e empresariais dos países da CEDEAO se articulem, sobretudo num contexto de economia de base privada;
- b) Do ponto de vista das trocas comerciais, impõe-se a diversificação dos produtos, a diminuição dos custos de produção e de transacção de forma a facilitar e aumentar o fluxo de exportações entre os países da CEDEAO. De

igual modo, impõe-se também um esforço de redução dos obstáculos administrativos e burocráticos, do sistema de transporte e de comunicações entre os países da região.

- c) O reduzido fluxo de informações entre os Estados e dentro de cada um dos Estados dificulta uma adequada apropriação por parte dos actores económicos o que reduz a possibilidade de uma acção mais efectiva no quadro da comunidade. Neste contexto, impõe-se desenvolver mecanismos de difusão de informações sobre as principais oportunidades que se oferecem aos operadores económicos da região.
- d) Do ponto de vista institucional, não obstante os constrangimentos existentes e que urge relevar, o funcionamento de alguns órgãos regionais, designadamente o Parlamento tem feito aproximar os países da região propiciando o fluxo de informações e de acompanhamento da implementação das medidas de política.
- e) No quadro da definição de políticas públicas deve-se, por um lado, integrar os operadores económicos e a sociedade civil na sua formulação e, por outro, reforçar a capacidade técnicas dos Estados e das organizações regionais.
- f) No caso cabo-verdiano, importa aprofundar a reflexão sobre as melhores formas e condições de integração tendo em conta sua condição insular e levantar não apenas os constrangimentos daí decorrentes como também e fundamentalmente as oportunidades. Neste contexto, o papel da investigação para fazer emergir as grandes determinantes que envolvem a problemática da integração deve ser reforçado.

Conferência: A problemática da livre circulação de bens e pessoas e o papel de Cabo Verde na segurança da Costa Ocidental e da Fronteira Sul da União Europeia

Conferencista: Dr. Manuel Amante da Rosa, Diplomata e Investigador

Moderador: Prof. Dr. Jorge Sousa Brito, Reitor da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Debatedor: Dr. António Nascimento, Diplomata e Conselheiro do Primeiro-ministro

O Conferencista tomou como elemento estruturante de base de sua intervenção o Protocolo Adicional contendo a Emenda do 4º do Tratado de Lagos e que criou o Conselho de Defesa e a Comissão Especializada da Defesa, aprovado em Cimeira dos Chefes de Estado e Governo em Freetown em 1981. De uma forma, ainda mais centrada, o autor propõe "que estas reflexões devem ser enquadradas no sector da segurança das nossas gentes e ilhas, focalizando-as num plano abrangente e transversal dos nossos interesses nacionais."

No entanto, para o autor este Protocolo e os demais aprovados pela CEDEAO não se revelaram eficazes. Com efeito, assegura, "nenhuma das alterações que se fez ao Tratado de Lagos deu a eficácia normativa que permitisse a previsão e resolução atempadas dos problemas militares, económicos bem como o de deslocações em massa das populações causadas pela guerras, crises graves e outros."

Neste contexto, o conferencista retoma a ideia, segundo ele presente em muitos sectores da sociedade cabo-verdiana, de questionamento da permanência de Cabo Verde na CEDEAO. Uma ponte é feita com o aumento registado nos últimos anos de imigrantes provenientes de países da costa africana. Esta situação refere o autor apresenta "Os efeitos conjugados da não integração paulatina, a marginalização e a própria auto-segregação constituirão, a médio e longo prazo, fonte de graves preocupações para a sociedade cabo-verdiana e as suas autoridades. As nossas infra-estruturas sociais existentes, a trabalharem sempre no limite das suas capacidades, ficarão certamente mais sobrecarregadas face ao crescimento populacional, num ritmo

mais elevado, destes imigrantes.” Acrescenta o autor que a grande maioria desses imigrantes professam a religião muçulmana num país maioritariamente cristão.

Mais ainda pensa, pensa o conferencista que o ritmo de entrada de continentais tenderá a aumentar sobretudo se a situação militar e económica não conhecer uma inflexão.

Do ponto de vista económico, até o presente momento, as transacções comerciais são tímidas e não vislumbra-se incrementos significativos, tanto de um lado como do outro.

Centrando-se, uma vez mais na problemática da livre circulação de pessoas, o orador aponta duas alternativas: A primeira é a da assumpção plena dos tratados e protocolos assinados, cumprindo á risca os dispositivos normativos, concluindo logo da sua não aplicabilidade no contexto cabo-verdiano. A segunda seria a “ suspensão soberana da execução desses protocolos” alegando a especificidade do país.

Aliás, apontando as especificidades de Cabo Verde afirma o conferencista que “os caminhos externos cabo-verdianos deixaram de ser, convergentes com os da organização sub-regional de integração económica. Cabo Verde faz cada vez mais um percurso ascendente e difundente (sic), graças a um quadro de estabilidade macroeconómica, que lhe permite melhorar os seus índices económicos, em termos de diversificação do seu relacionamento, do seu crescimento e desenvolvimento, que exigem a continuação das opções estratégicas adoptadas.”

Assim, o corolário lógico desse raciocínio é “accionar o mecanismo de retirada da CEDEAO logo que estiverem reunidas as condições e assim se vier a decidir.”

Na introdução aos debates, o Dr. António Nascimento sublinhou que a conferência proferida pelo Dr. Amante da Rosa resulta de um resultado de um trabalho de investigação, ressaltando também que a problemática da integração regional constitui, desde há muito tempo, uma prioridade da política externa do país. Acrescentou a busca de ancoragens estratégicas para o desenvolvimento do país tem sido uma constante. Neste contexto, as relações com os países africanos aparece com um elemento fundamental da política externa do país.

Sublinhou ainda que o contexto actual, num mundo globalizado, a busca de ancoragens torna-se fundamental. Neste contexto, essa busca não se faz numa lógica disjuntiva, mas antes ela é associativa. A integração africana não se faz em detrimento da busca de outras parcerias, designadamente com a União Europeia.

No que concerne à emigração/imigração refere o debatedor que os movimentos populacionais constituem uma constante e que constitui uma falsa questão, um mito, buscar soluções que preconizam o seu fim. Impõe-se neste caso políticas claras de imigração e integração dos mesmos.

Conferência: Cabo Verde e as Novas Dimensões Regionais (CEDEAO, CPL, OTAN, União Europeia)

Conferencista: Dr. António Lima, Ex-Secretário de Estado dos negócios Estrangeiros, Ex-Secretário Geral do Fundo da CEDEAO/Lomé, Conselheiro Diplomático do Presidente da República

Moderador: Prof. Dr. Jorge Sousa Brito, Reitor da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Debatedor: Dr. Corsino Fortes, Jurista, membro do Conselho de Administração da FAC

O conferencista, antes de mais nada, procurou situar o escopo de sua intervenção problematizando o título da comunicação. Neste quadro, avança, reflectir sobre as dimensões regionais de integração de Cabo Verde significar colocar essencialmente três questões: 1) quais são os interesses e as prioridades, a médio e longo prazo deste pequeno país arquipélago em transformação; 2) quais os aspectos determinantes da sua política externa; 3) quais as suas prioridades em termos de relações internacionais num mundo cada vez mais global.

Para trabalhar as questões, o conferencista insistiu na necessidade de situar Cabo Verde e suas especificidades, única forma de adequadamente buscar surpreender as respostas que melhor se ajustam aos questionamentos anteriormente colocados. Assim, é necessário considerar que: i) Cabo Verde tem uma história particular; ii) Cabo Verde tem uma cultura particular; iii) Cabo Verde tem uma política particular.

Assim, centrando primeiramente na relação de Cabo Verde com a CEDEAO refere o conferencista que “A integração regional e a União Africana foram elementos constitutivos da nossa política externa desde a nossa independência...”. Mais ainda defendeu o orador que “a integração regional permanece a via mais **apropriada** para a convergência das vontades na realização de projectos supranacionais e na defesa de interesses comuns, sendo a meta capital, o velho sonho da unidade africana.”

Diz ele que se trata, contudo, de um processo, portanto, comportando degraus, e constituído em função de contextos económicos, sociais e políticos bem concretos, devendo-se sempre salvaguardar os interesses das partes. Quer isto dizer que se trata de um projecto de geometria variável e que não impede que bilateralmente cada Estado possa desenvolver acordos e parcerias que melhor respondam às necessidades específicas dos contratantes.

Numa leitura pragmática do processo de integração conclui o conferencista que a “integração regional não pode ser visto como um dogma, mas como uma apropriação consciente de Estados soberanos para alcançar objectivos concretos individuais e colectivos num prazo determinado, afim de permitir reais avanços nos planos interno e externo e uma convergência efectiva dos interesses entre parceiros iguais.”

Para o autor, Cabo Verde não obstante os outros espaços e organizações com os quais pode cooperar estrategicamente não pode, por razões várias, deixar de lado a sua integração no quadro do continente africano, única maneira de poder atacar de forma eficaz os três desafios do mundo contemporâneo: a energia, a defesa estratégica e a mundialização.

Cabo Verde pode e deve, na perspectiva do autor, saber tirar proveito de sua pertença regional fazendo ouvir e referendar as suas posições no âmbito de sua política externa, tirando proveito de seu capital de credibilidade, o que reforçará a implementação de seus interesses económicos regionais, ao mesmo tempo que dará concretude às políticas de desenvolvimento do país. Da mesma forma, deve o país assumir os seus compromissos *vis-à-vis* da organização, nomeadamente financeiros.

Tal assumpção deve ser feito a par do reforço de acções estratégicas no âmbito de outras organizações tais como o CILSS, a União Africana, a CPLP, os PALOP, etc.

Não vislumbra, por conseguinte, o conferencista qualquer incompatibilidade em termos de pertença. Antes são instituições que podem reforçar-se e são os interesses de Cabo Verde que sairão ganhando.

Na sua intervenção o Dr. Corsino Fortes, apontou a virtualidade de comunicações contraditórias em relação à integração regional. Afirmou que a intervenção do Embaixador António Lima a política externa de Cabo Verde não se baseia apenas no imediatismo do ir buscar, mas na herança histórica que caracteriza o seu posicionamento, de sua antropologia.

Sublinhou ainda que o humanismo e a defesa dos interesses que se cruzam e se entrecruzam e que emergem do facto de Cabo Verde estar situado entre três continentes pontuam a relação do país consigo próprio e com o mundo. É a dimensão humana que perpassa a comunicação do conferencista o que, aliás, pode a história das relações internacionais de Cabo Verde o demonstra, desde os tempos da bipolarização e da guerra-fria.

No debate que se seguiu foi ressaltada a diferença das abordagens, mas também a coerência e força dos argumentos. Neste quadro volta-se novamente a chamar a atenção para a problemática da imigração, no quadro do protocolo de livre circulação de pessoas e bens. O controlo da imigração por parte de Cabo Verde é necessária uma vez que as vulnerabilidades do país não permitem implementar adequadas políticas de integração social.

Apesar da proposta feita por um dos conferencistas de se avançar pela ruptura com a CEDEAO, a tendência dos debates apontou para o sentido contrário, realçando a necessidade de se reforçar os mecanismos de integração, colmatar as fragilidades institucionais, económicas e outras, procurando todas as alternativas possíveis. Ficou, no entanto, evidente o reconhecimento das grandes ameaças que se colocam à CEDEAO e aos países da região. Contudo, as oportunidades devem ser potenciadas a favor de cada um e de todos, num contexto em que as possibilidades de sucesso são cada vez mais colectivos do que individuais.

Com efeito, não é a auto-exclusão da organização que vai resolver o problema seja do país seja da CEDEAO. Antes é necessário uma acção a partir de dentro - reformar a organização, as políticas e as práticas - para que todos, CEDEAO, Cabo Verde e os demais países, saiam ganhando.

Por outro lado, chamou-se atenção a necessidade de uma maior aproximação de Cabo Verde á organização regional seja para uma participação mais activa no processo de tomada de decisões como também para proporcionar um maior conhecimento entre os vários sujeitos e actores.

Um maior nível de engajamento, de compromissos com os objectivos, com práticas concretas e com a reforma institucional emergiu como questionamentos a colocar-se á CEDEAO, aos Estados-membros e às sociedades civis nacionais.

III – CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

Na cerimónia de encerramento que foi presidida pelo Eng. José Brito, Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade, o Dr. Manuel Pinheiro, Director Geral do Plano, sintetizou as grandes linhas de discussão do Atelier tendo retido os seguintes aspectos: (i) Existe tanto em Cabo Verde como nos demais países da região, uma profunda falta de conhecimentos das instituições da CEDEAO. (ii) Impõe-se, neste contexto, a promoção de acções de divulgação das oportunidades da região destinadas tanto a actores institucionais, sejam eles governamentais, económicos, da sociedade civil, como individuais; (iii) A necessidade de desenvolvimento de estudos, designadamente sobre as vantagens comparativas a nível da CEDEAO e dos países membros com vista a potencializar as actividades económicas e a integração do tecido económico e empresarial; (iv) O incentivo à realização de Ateliers sobre temas específicos nomeadamente sobre o papel do sector privado na construção da integração regional; (v) Discussão da questão da dificuldade de acesso aos recursos existentes no quadro regional, designadamente a nível da CEDEAO, por parte do sector privado; (vi) A necessidade de publicação de textos e demais documentação sobre a região, a integração e incentivos às instituições académicas e universitárias da região para o desenvolvimento de actividades de investigação relevantes para potenciar o processo de integração, (vii) Encorajamento à sociedade civil para propor acções estratégicas de cooperação regional.

De seguida, na sua intervenção, o Prof. Boubacar Barry, Coordenador do Projecto Regional, começou por felicitar a presença do Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade, salientando o facto de ter sido ele a coordenar, há tempos, o projecto de estudos projectivos na Africa Oeste. Diz ele que se trata do nono Atelier regional, sendo dos mais apaixonantes. Afirmou ter-se constatado haver capacidades nacionais para reflectir o futuro do país e da região, podendo aconselhar os políticos e os decisores sobre as melhores soluções e as melhores políticas públicas.

A necessidade de conhecimento da realidade da CEDEAO por parte das elites regionais assevera o Prof. Boubacar Barry como imprescindível para a integração. Nos

dois dias de trabalho, colocou-se em prática o que Amílcar Cabral tinha dito, ou seja pensar pelas nossas próprias cabeças.

No que diz respeito á insularidade de Cabo Verde, apontou o orador, se o grande problema de integração for este, sugere então que cada um dos habitantes da região coloque uma pedra para construir a ponte que ligará as ilhas ao continente.

Por sua vez, o Prof. Claudio Furtado, Presidente do Conselho Científico da Fundação Amílcar Cabral e membro da Comissão de organização do Atelier, na sua intervenção fez um balanço dos dois dias de trabalho, fazendo ressaltar a qualidade das comunicações e sobretudo a riqueza dos debates havidos. O olhar de fora trazido pela participação de convidados de outros países da região que fizeram um exercício semelhante foi sublinhado como tendo sido fundamental ao permitir ampliar o leque de questionamentos.

De igual modo, sublinhou que a elaboração de uma agenda de investigação sobre a região relevou da discussão, numa perspectiva de longo prazo e que se impõe como necessidade estratégica.

Já o Dr. Pierre Sané, Sub-Director Geral da UNESCO, reforçou o facto do Atelier ter tido comunicações e debates de grande qualidade. A paixão verificada no Atelier se fosse transportada para a construção regional traria grandes sucessos, acrescentou. Aproveitou a oportunidade para fazer uma síntese sobre o enquadramento do programa regional, dos estudos realizados e dos Ateliers que já foram efectuados e os que falta fazer.

O projecto de integração regional na Africa do Oeste, sublinhou, resulta de uma vontade política dos lideres regionais que se assenta em laços históricos comuns que não podem ser negados e a vontade política subjacente ao processo tem como finalidade promover o desenvolvimento económico, social, político e cultural.

Uma adequada tomada de decisões por parte dos decisores passa pela realização de actividades de investigação de qualidade que possam alimentar o processo decisional. O incentivo a realização de estudos e investigação a nível nacional e regional constitui um dos objectivos do Programa MOST.

Agradecendo os organizadores e o governo de Cabo Verde, mostrou esperança que o Atelier seja o primeiro passo de um processo de reflexão continuado e mais profundo.

Finalmente, o Senhor Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade, na sua intervenção procurou partilhar algumas ideias sobre a problemática da integração regional. Sublinhou que a temática em apreço lhe é pessoalmente cara e também institucionalmente, enquanto responsável governamental pela questão.

Sublinhou que desde a criação da CEDEAO até hoje, avanços significativos foram conseguidos, não obstante os constrangimentos existentes.

Partilhou a ideia de que o futuro de Cabo Verde está associado à sua integração regional, seja por razões históricas seja por razões estratégicas.

Disse que é legítimo questionar se os pressupostos que presidiram a adesão de Cabo Verde há trinta anos atrás se mantêm, tendo em conta que Cabo Verde e o mundo mudaram. Na sua percepção, Cabo Verde enfrenta novos contextos e novos desafios. Do ponto de vista económico, Cabo Verde é dos membros da CEDEAO que mais consolidou os seus indicadores macro económicos e sociais, sendo também o menos integrado regionalmente.

Afirmou que os dados actualmente existentes podem induzir a uma conclusão errónea de que Cabo Verde não precisa da CEDEAO. Com efeito, sublinhou, a estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde assenta-se em três pilares e três eixos estratégicos: o mar, a localização de Cabo Verde na encruzilhada de continentes e o clima. Os três eixos estratégicos são: boa governação, recursos humanos e as parcerias estratégicas.

Para competir e ganhar, acções individuais não garantem sucesso. Neste sentido, as parcerias estratégicas, incluindo a regional no quadro da CEDEAO emergem como fundamentais. Um investimento na dimensão ética, na investigação científica e tecnológica e na educação revela-se, neste contexto, fundamental. A integração na sub-região é, pois, crucial devendo Cabo Verde ser um dos impulsionadores de uma refundação regional.

Um esforço complementar de integração deve ser dispendido e a CEDEAO deve ser vista como uma instituição de integração e não como uma ameaça. Neste quadro uma nova visão deve ser construída de forma partilhada e novos desafios construídos.

IV ANEXOS

Anexo 1: Termos de Referencia do Atelier: Estado-Nação e os desafios da Integração Regional na Africa do Oeste: O caso de Cabo Verde

Introdução

O arquipélago de Cabo Verde chegou à História dos Homens em 1460 começando por fazer parte de uma pequena área do Atlântico, que o ligava à Península Ibérica, e de um litoral africano, que não ultrapassava a Serra Leoa.

Em menos de 40 anos estas ilhas, encontradas desertas, já eram escalas de carreiras marítimas que circundavam o continente africano, atingiam a Índia e mantinham contactos regulares com a América Central.

O arquipélago teve assim, desde o início do seu povoamento, um importante papel na formação do Mundo Atlântico já que por suas ilhas passou a articulação dos dois impérios ultramarinos ibéricos (português e espanhol), a afirmação da dimensão atlântica da África e mesmo quando foi destruído o monopólio luso-espanhol seus portos continuaram a servir a navegação internacional de ingleses e holandeses num oceano que cada vez mais se internacionalizava.

Cabo Verde, onde todos os povoadores eram estranhos (europeus e africanos) foi o laboratório onde se experimentaram novas formas de colonização, novas relações sociais, novas vivências culturais e se constituiu, com percalços diversos, uma identidade a partir de heterogeneidades confluentes.

Foi no arquipélago cabo-verdiano que, pela primeira vez, na era Moderna, se estabeleceu uma sociedade escravagista, na qual a exploração contínua do trabalho do escravo africano constituía a base de suporte de toda a estrutura económica e social.

Foi aí que o escravo se transformou na mercadoria fundamental de exportação a longa distância, sustentando com os lucros da sua venda todo o esforço económico do povoamento, do controlo administrativo e religioso do arquipélago.

Foi neste espaço insular que os portugueses experimentaram os meios e a forma de ordenação e controlo de um espaço longínquo (pela primeira vez nos trópicos) recém-povoado, de um porto comercial intercontinental devidamente equipado e funcional e a produção de uma monocultura para a exportação com mão-de-obra escrava. Experiências, estas, que iriam servir mais tarde para a implementação, em outras latitudes, por outras potências europeias do sistema colonial moderno.

Foi nestas ilhas atlânticas que surgiu o primeiro centro urbano colonial nos trópicos, a vila/cidade da Ribeira Grande, espaço dominado por reinóis, onde a Câmara Municipal exerce o poder local, progressivamente participado pelos “filhos da terra” (mestiços).

E finalmente foi aqui que nasceu do encontro de dois Mundos, o europeu e o africano, uma nova sociedade, sobre todos os pontos de vista: a sociedade crioula, primeiro contributo para a construção do Mundo Atlântico.

Podemos afirmar que a participação dos africanos na feitura do Mundo Atlântico teve no arquipélago de Cabo Verde o seu laboratório que antecedeu e preconizou outras e distintas experiências (Antilhas, Brasil).

Em Cabo Verde, espaço periférico, longínquo, tropical, diferente e desconhecido as formas de colonização experimentadas nos arquipélagos atlânticos dos Açores, da Madeira e das Canárias encontraram fortes limitações.

Neste “pequeno Novo Mundo” tudo precisava ser inventado. A historiografia tem falado, desde há anos na “invenção dos arquipélagos”. Pois bem, aqui toda a população era estrangeira (europeus e africanos) e recém-chegada a terra e para a implementação de uma sociedade tudo teve que ser inventado a partir de experiências exógenas, quantas vezes inadequadas, primeiro em dicotomia, depois em integração.

Aqui, o modelo escravocrata colonial estava pronto a funcionar em poucas décadas, já que no final do século XV temos: o mercador-latifundiário; a mão-de-obra escrava; a exploração agrícola em monocultura; a produção de matéria-prima para exportação.

Este modelo que começou por servir para o algodão em Santiago e no Fogo no séc. XV manteve a sua eficácia para o açúcar nas Antilhas e no Brasil, para ambos os produtos em Angola, para o cacau em S. Tomé e até para o algodão nos Estados Sulistas da América do Norte.

Ambos os estratos que povoaram as ilhas foram preponderantes na estruturação da sociedade: os europeus impuseram, com a necessária adaptação, o modelo da sociedade; os africanos, nivelados pela condição de escravos que atenuou as heterogeneidades sociais e culturais específicas das suas sociedades de origem, não tiveram outra opção senão a de se integrarem nela.

Mas, se o modelo social foi imposto pelos Europeus este ficou de imediato subvertido pela componente principal da nova sociedade, a escravaria, que, ao ser integrada nela como força de trabalho principal, automaticamente a condicionou e marcou:

Foram as rendas obtidas através da transformação contínua de homens em mercadoria lucrativa e em “bestas” de trabalho que proporcionaram às ilhas de Cabo Verde a sua primeira elite que iria dominar a sociedade insular durante um século e meio.

Foi a necessidade de mercadorias “nadas e criadas” na Ilha para o trato de escravos com a costa da Guiné que precipitou o povoamento africano de Santiago e Fogo.

Foi igualmente a situação de entreposto de escravos que permitiu a presença na vila/cidade da Ribeira Grande de uma categoria de moradores que, apesar de não pertencerem ao grupo dominante da ilha, viviam ao redor do tráfico e de suas diversas ramificações. É nesta classe intermédia, dedicada aos serviços, que primeiro se infiltra o africano livre.

No início do século XVII a posição de Cabo Verde como entreposto de escravos declina com o desvio do tráfico para Cacheu. Essa nova conjuntura teve como consequências imediatas o desaparecimento da elite europeia, e a decadência da vida urbana-mercantil. O arquipélago passa assim a ser apenas um ponto de apoio periférico, onde os agentes locais de grandes comerciantes apenas executam ordens.

Com a diminuição significativa do número de reinóis, como moradores permanentes abre-se a oportunidade aos “filhos da terra”, principalmente aos mestiços, de ocuparem os lugares cimeiros na economia interna e na administração local.

A redução das ligações com o Reino, o abandono da cidade, o enfraquecimento das estruturas institucionais civis e religiosas, a ausência de reinóis abastados tendem a diluir as diferenças e intensificam a mestiçagem física e cultural, iniciando-se a construção de uma sociedade mais homogénea com características específicas e verdadeiramente novas: a sociedade cabo-verdiana.

Em 1731 Cabo Verde tem 30.850 habitantes dos quais 2,5% são brancos, 29 % mestiços, 51,5 % forros e 17% escravos.

Analisando estes dados estatísticos podemos afirmar:

1. Que em Cabo Verde se deu, por falta da vinda de novas levas de escravos e pelas secas consecutivas, uma precoce, endógena, sem sobressaltos e progressiva descravização da sociedade.
2. Que o estrato maioritário nessa época já era o forro que também eram, maioritariamente, filhos da terra.
3. Que apesar da percentagem de mestiços ser grande a maioria esmagadora dos moradores do arquipélago eram negros (68,5%).

4. Que a população branca era minoritária e representava a elite – os brancos da terra – que não só dominava todas as terras aráveis como detinham os poucos escravos ainda existentes. Não podemos deixar de explicar que branco em cabo verde não quer dizer europeu, nem branco puro.

Cabo Verde e a Integração Regional: Contexto sócio-histórico

Como atrás ficou demonstrado, o arquipélago de Cabo Verde teve como incentivo ao seu povoamento a aproximação geográfica com certos países que hoje fazem parte da CEDEAO. Sua economia foi construída e esteve dependente das ligações que mantinha com o continente africano. As suas elites beneficiaram, sempre, das ligações económicas e administrativas entre o arquipélago e a sua costa fronteiriça. Com a ocupação efectiva do poder colonial no continente membros da elite cabo-verdiana foram utilizados como agentes coloniais.

Não podemos também esquecer que apesar da maioria da população cabo-verdiana ser descendente de escravos vindos de África, a influência da religião católica, a promoção do clero local representou a via mais directa para a crioulanização. Essa promoção para além de constituir um meio de ascensão social por excelência dos “filhos da terra”, foi acima de tudo o melhor meio para a emergência da inculturação tranquila, conceito recentemente debatido (1994) pelo sínodo dos Bispos africanos, mas realidade vivida em Cabo Verde desde o século XVI.

Não é por acaso que os nossos primeiros grandes intelectuais, “filhos dos brancos da terra” foram instruídos no Seminário de São Nicolau. Foram eles que com suas obras literárias iniciaram a reflexão sobre a identidade do povo cabo-verdiano que viria reflectir-se, mais tarde, na formação de um grupo de jovens conscientes da sua africanidade e portadores de anseios de independência para o seu país.

Por isso podemos afirmar que Cabo Verde nasceu da 1ª mundialização, o seu povoamento iniciou a construção do Mundo Atlântico. A utilização da sua posição estratégica sempre foi um marco de progresso para a economia cabo-verdiana – séculos XV a XVII com o tráfico negreiro e finais do século XIX início do XX quando S. Vicente se torna um porto incontornável para a navegação a vapor.

Hoje, com a globalização, Cabo Verde tem uma nova oportunidade de beneficiar de seu recurso estratégico maior – a sua situação geográfica: ilhas africanas; na fronteira

marítima da Europa onde milhares de cabo-verdianos procuram uma vida melhor, próximas da América (terra onde a diáspora cabo-verdiana é muito numerosa e cada vez mais influente) e a poucas horas do maior país da América Latina, o Brasil, que faz parte da CPLP.

Se a nossa elite política e económica souber, aceitando a sua pertença ao continente africano, utilizar tudo o que a nossa posição estratégica e a nossa história de contínuo entrelaçamento de diferentes povos nos proporciona, Cabo Verde poderá beneficiar da globalização que esta apenas começando.

A Integração Regional. Dilemas e Vicissitudes de um processo

Cabo Verde pertence à Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental tendo, neste âmbito, feito integrar no seu ordenamento jurídico um conjunto de convenções designadamente sobre a livre circulação de pessoas e bens. Aliás, é neste quadro que se tem vindo a registar, nos últimos anos, uma forte circulação de pessoas, transformando o país num centro de imigração, pela primeira vez na sua história.

Da mesma forma e no quadro da Nova Iniciativa Económica para a Africa (NEPAD), Cabo Verde tem procurado não apenas apoiar politicamente a iniciativa como integrar-se nas actividades, neste quadro, desenvolvidas.

Aliás, um dos elementos importantes da estratégia de integração de Cabo Verde na economia mundial assenta-se na ligação com o mercado continental, transformando o país num gateway para a Africa.

Contudo, ainda persistem um conjunto de bloqueios de natureza objectiva, designadamente no domínio dos transportes, de facilidades bancárias, de contactos entre os operadores económicos que limitam o desenvolvimento de uma parceria económica mais estreita, ao qual se pode agregar um posicionamento ambíguo de natureza cultural.

De facto, neste momento, mais de 2/3 das relações comerciais de Cabo Verde se fazem com a União Europeia, particularmente com Portugal.

Num momento, em que se discute a questão das parcerias económicas estratégicas para o país, nomeadamente com a União Europeia e com os Estados Unidos da América, parece adequado reflectir, não apenas do ponto de vista económico e comercial, mas também político, cultural e histórico as relações de Cabo Verde com a África Ocidental e as perspectivas que, neste sentido, se despontam.

É neste quadro que se propõe, na mesma esteira que outros países da África Ocidental, a realização de estudos temáticos sobre um conjunto de questões/temáticas bem específicas e que abordam a integração regional na África do Oeste, no caso, a partir do olhar de Cabo Verde.

Os estudos temáticos serão discutidos e reflectidos num Atelier especificamente organizado para o efeito.

As grandes questões que propomos para aí serem reflectidas são as seguintes:

1. Cabo Verde e a integração na África Ocidental: As políticas públicas de integração de Cabo Verde na CEDEAO, no âmbito da estratégia global de desenvolvimento;

Potencial conferencista: Dr. José António Mendes dos Reis, Psicológico, Ex- Ministro do Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais e consultor do Comité de Coordenação de Combate à SIDA

2. Cabo Verde e a integração na África Ocidental: Cabo Verde e as novas dimensões regionais (CPLP, PALOP, OTAN, União Europeia)

Potencial conferencista: Dr. António Lima. Diplomata, ex-Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Embaixador, ex-Secretário-Geral do Fundo da CEDEAO/Lome, e Director da Comunicação da CEDEAO, Conselheiro Diplomático do Presidente da República

3. Cabo Verde e a integração na África Ocidental: Uma questão identitária

Potencial conferencista: Doutor Gabriel António Fernandes, Filósofo e Sociólogo,
Professor Universitário

4. Cabo Verde e a integração na África Ocidental: A problemática da emigração clandestina e os direitos humanos

Potencial conferencista: Dr^a Vera Duarte, Juíza Desembargadora e Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania.

5. Cabo Verde e a integração na África Ocidental: Dimensão económica da integração regional;

Potencial conferencista: Dr. José Luís Rocha, Director Geral dos Assuntos Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros

6. Cabo Verde e a integração na África Ocidental: Do Africano ao Escravo Cabo-verdiano: Trajectória do processo de reconstrução da identidade social

Potencial conferencista: António Correia e Silva, integrante da Equipa de elaboração da História Geral de Cabo Verde, Ex. Conselheiro do Presidente da República, Presidente da Comissão Nacional para a Instalação da Universidade de Cabo Verde

7. Cabo Verde e a integração na África Ocidental: A especificidade de um Estado insular e diaspORIZADO

Potencial conferencista: José Maria Semedo, Geógrafo, Professor Universitário

8. Cabo Verde e a integração na África Ocidental: A problemática da livre circulação de bens e pessoas e o papel de Cabo Verde na segurança da costa ocidental e da fronteira sul da União Europeia.

Potencial conferencista: Amante da Rosa, Diplomata, ex-Embaixador

Participação no Atelier: Investigadores, representantes do Ministério das Finanças e Administração Pública, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, Câmara do Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento, Câmara do Comércio, Agricultura,

Indústria e Serviços de Barlavento, Plataforma das ONG, e Organizações da Sociedade Civil.

A equipa de Coordenação do Projecto

Iva Cabral
Cláudio Furtado

Anexo 2: Programa do Atelier

Primeiro Dia: Quarta-feira – 04.04.07:

09h00: **Sessão de Abertura**

- Aristides PEREIRA, Presidente da Fundação Amílcar Cabral, ex-Presidente da República de Cabo Verde
- Pierre SANÉ, Subdirector Geral da UNESCO pelas Ciências Sociais e Humanas
- António Correia e SILVA, Reitor da Universidade de Cabo Verde
- Jeanne ELONE, representante do TrustAfrica
- Jérôme GERARD, em representação do CRDI
- Aristides R. LIMA, Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde

10h00: **Pausa para café**

10h15: **1º tema:** “A problemática da emigração clandestina e os Direitos Humanos”.

Conferencista: Dr.^a Vera DUARTE, Juíza Desembargadora e Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania.

10h35: **2º tema:** “A especificidade de um Estado Insular e diasporizado”

Conferencista: Dr. José Maria SEMEDO, Geógrafo, Professor Universitário

10h 55 – 12h30 – **Debate**



14h30: **3º tema:** “Cabo Verde e a CEDEAO: uma questão identitária”

Conferencista: Doutor Gabriel António FERNANDES, Sociólogo, Professor Universitário

14h50: **4º tema:** “Cabo Verde e a Integração na Africa Ocidental: Do Africano ao Escravo Cabo-verdiano: Trajectória do processo de reconstrução da identidade social

Conferencista: Dr. António Correia e SILVA, Sociólogo e Historiador, Reitor da Universidade de Cabo Verde

15h.10 – **Início do debate**

16h00: **pausa para café**

16h.20 – 18h.00 – **Continuação do debate**

Segundo Dia – Quinta-feira – 05.04.07

09h.00: **5º tema:** “As Políticas Públicas de Integração de Cabo Verde na CEDEAO, no âmbito da estratégia Global De Desenvolvimento”

Conferencista: Dr. José António M. dos REIS, Psicólogo, Ex-Ministro do Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais

09h.20: **6º tema:** “Cabo Verde e as Novas Dimensões Regionais (CPLP, PALOP, OTAN, União Europeia)”

Conferencista: Dr. António LIMA, Ex-Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Embaixador, ex-Secretário Geral do Fundo da CEDEAO/Lomé, Conselheiro Diplomático do Presidente da República

09h40 – **Início do debate**

10h20: **pausa para café**

10h40 – 12.30 – **continuação do debate**



14h30: **7º tema:** “A dimensão económica de Integração Regional”

Conferencista: Dr. José Luís ROCHA, Director Geral dos Assuntos Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros

14h50: **8º tema:** “A problemática da Livre Circulação de Bens e Pessoas e o papel de Cabo Verde na segurança da Costa Ocidental e da Fronteira Sul Da União Europeia”

Conferencista: Manuel Amante da ROSA, Diplomata, ex-Embaixador

15h10 – 16.45 – **Debate**

16h45 – **pausa café**

17h00: **Sessão de Encerramento**

- Representante da Fundação Amílcar Cabral
- Pierre SANÉ, Subdirector Geral da UNESCO pelas Ciências Sórias e Humanas
- Boubacar BARRY, coordenador do Projecto MOST sobre a Integração Regional na África Ocidental
- Cláudio FURTADO, sociólogo, Professor universitário e Presidente do Conselho Científico da FAC
- José BRITO, Ministro da Economia Crescimento e Competitividade

Anexo 3. Discurso Do Presidente da Fundação Amílcar Cabral

Senhor presidente da Assembleia Nacional

Excelência

Senhores deputados

Senhor subdirector geral da UNESCO

Senhores embaixadores e digníssimos representantes do corpo diplomático

Senhor coordenador do projecto «MOST»

Senhores representantes de «TrustAfrica», da «African Capacity Building Foundation»

e do «Centre de Recherche et Developpement Internationales»

Excelências

Senhoras e senhores

Permitam que comece por agradecer a honrosa presença do senhor presidente da assembleia nacional que nos encorajou desde o início na organização desta reunião e se disponibilizou desde a primeira hora para nos apoiar na sua realização.

Agradecemos também a honrosa presença do senhor sub-director Geral da UNESCO cujo interesse empenhado e competente tornou possível este «atelier» da cidade da praia, sobre «O Estado-Nação e os Desafios Da Integração Regional: O Caso de Cabo Verde».

Agradecemos ainda os patrocínios da «TrustAfrica», da fundação para o reforço das capacidades em africa (ACBF), do Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional (CRDI) e do Governo de Cabo Verde.

Agradecemos a Universidade de Cabo Verde na pessoa do seu reitor, o senhor Dr. António Correia e Silva, que assumiu com entusiasmo a parceria de organização desta reunião. Os nossos agradecimentos também vão para a importante delegação da câmara do comércio dirigida pelo seu presidente e a todos os presentes estendendo os agradecimentos da Fundação Amílcar Cabral.

Este «Atelier» sobre o caso de Cabo Verde e os desafios da integração regional tem a sua origem num importante projecto de investigação comparada e que tem sido

realizado em 15 países membros da CEDEAO sob a égide da UNESCO, acerca da gestão das transformações sociais (Programme MOST).

O nosso «Atelier» irá desenvolver-se ao longo de quatro sessões, em que os participantes terão a oportunidade de trocar as suas experiências e análises, na sequência da apresentação de oito conferências sobre os seguintes temas:

1. A problemática da emigração clandestina e os direitos humanos
2. A especificidade de um estado insular e diasporizado
3. Cabo Verde e a CEDEAO: uma questão identitária
4. Do africano ao escravo cabo-verdiano: trajectória da reconstrução da identidade social
5. As políticas públicas de integração de Cabo Verde na CEDEAO, no âmbito da estratégia global de desenvolvimento.
6. A dimensão económica do desenvolvimento
7. Cabo Verde e as novas dimensões regionais
8. A problemática da livre circulação de pessoas e bens e o papel de Cabo Verde na segurança da costa ocidental e da fronteira sul da Europa.

Este «atelier» tem lugar num momento em que todos os países da sub-região debatem os problemas resultantes dos desafios da integração regional pelo que Cabo Verde também assume as suas responsabilidades acerca da importância e oportunidade do debate sobre as parcerias estratégicas, procurando congrega os diversos actores da sociedade cabo-verdiana: políticos, decisores, empresários, intelectuais, técnicos e cidadãos.

Para a Fundação Amílcar Cabral é extremamente importante para o futuro do nosso pequeno país o acompanhamento desta problemática de uma forma que a visão descomplexada de toda a sociedade cabo-verdiana possa influenciar este processo com o seu olhar de uma forma multifacetada e plural.

Para corresponder à importância que a nossa Fundação atribui à temática africana, em geral, um dos principais projectos do nosso programa de actividades é a criação de um «Centro de Estudos Africanos» que terá a vocação principal de servir de suporte teórico e de banco de dados à necessária investigação e ao desenvolvimento de uma rede de contactos que deverão corporizar os principais fundamentos para

uma estratégia nacional para as relações de Cabo Verde com os outros países africanos do continente.

Formulo votos de uma reunião participada, caracterizada por um debate enriquecedor, plural e elevado, renovo os meus votos de boas-vindas aos nossos amigos que vieram de longe para partilhar as suas experiências connosco e reitero os sinceros agradecimentos a todos os que se disponibilizaram para participar neste «atelier» sobre os desafios da integração regional e o caso de cabo verde.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Anexo 4. Discurso do representante do Trust-Africa

Excellence M. Pereira, ancien Président de la république du Cap Vert, Excellence M. Lima, président de l'assemblée nationale du Cap Vert, mesdames et messieurs, tout protocole observé.

Je suis honoré d'être parmi vous pour représenter TrustAfrica a ce séminaire sur le thème de « l'Etat Nation et les Défis de l'Intégration régionale en Afrique de l'Ouest : Le cas du Cap Vert ».

Anciennement connu comme l'Initiative Spéciale pour l'Afrique de la Fondation Ford, TrustAfrica a été lance en 2006 en tant que fondation proprement africaine basé à Dakar, au Sénégal.

Les domaines prioritaires pour notre intervention sont :

- La paix et la sécurité
- La citoyenneté et l'identité
- L'intégration régionale

Nous initions des échanges, accordons des subventions et offrons une assistance technique afin de permettre aux institutions africaines de travailler ensemble pour relever les défis du continent.

L'intégration régionale est un élément clef de notre stratégie pour promouvoir une Afrique sure, libre et prospère. Nous avons lancé avec collaboration avec le CRDI, un fond de recherche sur le Climat d'Investissement et l'environnement des Affaires en Afrique. Nous avons reçu plus de 250 propositions de bourse provenant de 33 pays africains ; cependant nous regrettons de ne pas avoir reçu plus de candidatures des pays lusophones et nous espérons prendre l'occasion de ce séminaire pour vous informer de l'existence de cette initiative et vous encourager a postuler pour des bourses a l'avenir. Le prochain appel a candidature sera lancé en Septembre 2007.

Cette année nous avons accordé 32 bourses à des chercheurs ressortissants de 16 pays africains. Les principaux thèmes, sont le développement durable, les reformes

économiques, et la bonne gouvernance. Le but ultime de cette initiative est dans un premier temps de renforcer la capacité des recherche sur le secteur privé en Afrique en soutenant des groupes de recherche liés aux universités africaines, et dans un deuxième temps, de travailler en étroite collaboration avec les pouvoirs publique et le secteur privé en Afrique pour mettre en place les recommandations issues de ces recherches.

Une autre initiative sur laquelle nous travaillons pour le moment et une conférence sur « Le coût de la non intégration en Afrique » qui aura lieu a Marrakech au mois de juin. Bien qu'il y ait maintes études sur les bienfaits de l'intégration en Afrique, nous proposons d'aborder la question autrement en nous questionnant ce que l'Afrique perd, par manque d'intégration. Le coût de la non intégration ne s'évalue pas seulement en termes économiques ; ainsi nous inviterons les participants à s'interroger sur les défaillances en termes politiques, économiques, sociales, culturelles et sécuritaires.

Je n'ai aucun doute que les thèmes abordés lors de ce séminaire nous permettront d'enrichir notre réflexion sur l'intégration régionale en Afrique.

Mesdames et Messieurs, je vous remercie de votre attention.

Anexo 5. Discurso do Representante do CRDI, Sr. Jérôme GÉRARD

Monsieur le Président Aristides Pereira,
Monsieur le Président de l'Assemblée nationale du Cap-Vert,
Monsieur le sous-directeur de l'UNESCO pour les sciences sociales et humaines,
Monsieur le Recteur de l'Université du Cap-Vert,
Honorables invités,
Mesdames, Messieurs

C'est avec beaucoup de plaisir que je vous adresse ces quelques mots au nom du Centre canadien de recherche pour le développement international, le CRDI, et plus particulièrement son bureau régional pour l'Afrique de l'Ouest et du Centre, installé depuis 33 ans à Dakar.

Participer aujourd'hui à ce séminaire national du programme MOST sur l'intégration régionale revêt une signification particulière pour nous quand on se souvient que ce travail a été initié il y a une quinzaine d'années, par Pierre Sané, alors Directeur régional du CRDI, et le Professeur Boubacar Barry, lui-même consultant au sein de notre organisme à cette époque.

Je voudrais juste rappeler en deux mots, surtout pour nos hôtes capverdiens qui ne nous connaissent peut-être pas, que le Centre de recherche pour le développement international (CRDI), est un organisme de la coopération canadienne au développement qui a pour mission (je cite) « [...] *de lancer, d'encourager, d'appuyer et de mener des recherches sur les problèmes des régions du monde en voie de développement d'une part, et de soutenir la mise en oeuvre des connaissances scientifiques, techniques et autres en vue du progrès économique et social de ces régions.* [...] » d'autre part.

Pour exécuter ce double mandat, notre bureau régional s'efforce de rester à l'écoute des priorités de la sous-région et vous ne serez donc pas surpris d'apprendre qu'à l'instar de plusieurs autres organismes d'appui au développement nous avons identifié

la thématique de l'intégration régionale comme fondamentale pour le développement de l'Afrique de l'ouest.

C'est pourquoi notre organisme a décidé fin 2006 d'apporter sa contribution financière à la fin de ce cycle de séminaires nationaux du MOST en Afrique de l'Ouest en soutenant les réunions qui vont se tenir après celle du Cap Vert. Mais pour se placer résolument dans une perspective d'avenir, le CRDI a également décidé de financer une étude spécifique sur le potentiel d'une initiative de recherche ouest-africaine sur l'intégration plus achevée qui permettrait à ces dynamiques nationales issues du MOST de se pérenniser et de croître pour mieux informer, scientifiquement, les processus d'intégration en Afrique de l'Ouest.

Car au-delà des complicités déjà anciennes avec les initiateurs de ce cycle, et au delà de sa pertinence thématique, ce qui a séduit le CRDI dans le programme MOST sur l'intégration régionale, c'est qu'il soutient la production de recherches dont le but avoué est d'informer, d'éclairer les décideurs ouest-africains par rapport à ces questions certes complexes, mais cruciales pour le devenir de la région.

En effet, notre bureau régional achève actuellement un cycle de trois années de réflexion et d'échanges à travers la sous-région sur la question fondamentale à nos yeux du dialogue et de la synergie entre chercheurs et décideurs. Nous avons énormément appris à travers une série de rencontres nationales sur les conditions d'un dialogue fécond entre la communauté des chercheurs et celle des décideurs dans le contexte ouest-africain. Nous souhaiterions à présent partager les fruits de cet exercice avec des dynamiques de recherche aux visées similaires comme celle du MOST, afin de renforcer la réalisation de notre mission centrale qui est de soutenir une recherche utile au développement des pays du Sud.

Je ne veux pas empiéter plus longtemps sur votre précieux temps de partage et de débats, mais permettez-moi de terminer en adressant nos encouragements à la communauté scientifique capverdienne qui nous accueille aujourd'hui et que malheureusement nous ne connaissons pas bien au CRDI. Nous avons appris à notre arrivée la création récente de l'Université du Cap Vert et nous nous en réjouissons particulièrement. Car à nos yeux, quelle que soit la taille d'un pays ou de sa communauté scientifique, il est primordial qu'une capacité de recherche et une expertise nationale se développent ainsi afin d'enrichir, par la production d'idées,

d'analyses et de débats, la formulation des politiques publiques et des stratégies de développement.

Je vous souhaite un plein succès pour vos travaux et je vous remercie de votre aimable attention.

Anexo 6. Discurso do Dr. Pierre Sané, Sub-Director Geral da Unesco para as Ciências Humanas e Sociais

Son Excellence Monsieur Aristides Lima, Président de l'Assemblée Nationale du Cap Vert,

Son Excellence Monsieur Aristide Pereira, Président de la Fondation Amilcar Cabral, ancien Président de la République du Cap Vert,

Monsieur Antoine Correia e Silva, Recteur de l'Université du Cap Vert,

Mesdames, Messieurs,

Je suis particulièrement heureux et honoré de participer à ce séminaire national organisé avec la Fondation Amilcar Cabral sur le thème des « Etats Nations face aux défis de l'Intégration Régionale ».

Autour de 8 conférences présentées par d'éminents chercheurs capverdiens, nous allons pouvoir explorer, durant 2 jours, les spécificités historiques, sociales et culturelles, ainsi que les défis économiques et politiques du Cap Vert.

Grâce à votre présence nombreuse - ainsi qu'à celle de coordonnateurs d'autres séminaires nationaux qui se sont déjà tenus en Gambie, en Guinée Bissau, en Guinée Conakry, au Mali et au Sénégal -, nous allons pouvoir confronter les réalités capverdiennes à celles d'autres pays de l'Afrique occidentale, et avancer, ainsi, ensemble, dans la réflexion engagée dans cette région, depuis 2 ans, sous l'égide du programme MOST de l'UNESCO.

Il s'agit là, en effet, du 10^e séminaire national depuis le lancement de ce projet sur « Les Etats-Nations face aux défis de l'intégration régionale », qui entend rapprocher les résultats de la recherche en sciences sociales de l'élaboration des politiques publiques, en multipliant les perspectives, afin de mieux saisir les différentes facettes d'une intégration régionale restée sans doute trop longtemps invisible.

Dans le cadre du programme des Nations Unies chargé de la Gestion des transformations sociales (le programme MOST), l'UNESCO a, en effet, non seulement souhaité donner la parole aux chercheurs des 15 pays membres de la Communauté Economique d'Afrique de l'Ouest (CEDEAO), mais elle a aussi souhaité faciliter leurs

échanges en provoquant une approche pluridisciplinaire et internationale qui favorise une intégration réussie au services des peuples africains.

Car de quoi est-il question, aujourd'hui, si ce n'est de favoriser le développement des sociétés ouest-africaines, afin d'assurer l'épanouissement des hommes et des femmes qui y vivent, par l'approfondissement et l'accélération d'un processus d'intégration régionale qui, de l'avis même de nombreux dirigeants des Etats membres de la CEDEAO, s'est fait « par le haut », au lieu de chercher à associer et à inclure les sociétés que cet espace économique et politique est supposé servir ?

Disons-le franchement : Sans intégration régionale, il n'y a pas de développement possible ! Et sans développement économique, démocratique, social et culturel, aucune situation de paix ne pourra jamais être considérée comme durable! Pourtant, dans cette région du monde, comme partout ailleurs, à quoi chacun et chacune peut-il aspirer si ce n'est à vivre dans un environnement lui permettant de développer toutes ses capacités ? Parce que l'Afrique de l'Ouest est le théâtre d'encre trop de conflits, il est illusoire d'imaginer que les difficultés de l'un ne soient pas, à un moment ou un autre, aussi l'affaire de l'autre. C'est en tous cas, cela, que le projet dans lequel s'inscrit ce séminaire national a l'ambition d'explorer.

Il s'agit, en effet, d'analyser la situation concrète de chaque pays. De mesurer les convergences et les divergences sur ce qui existe et sur ce qui est possible, en conduisant un dialogue entre chercheurs et décideurs, dans le respect de la place et du rôle de chacun. Car, tout en invitant les chercheurs à s'engager davantage dans la sphère publique et les décideurs politiques à prendre le temps de s'informer sur les résultats de la recherche, laissons à chacun son métier. Aux hommes et femmes politiques de dire et de faire le possible. Aux scientifiques d'observer et d'analyser des réalités.

Osons regarder en face les réalités de l'Afrique de l'Ouest et tentons d'imaginer ensemble que nous puissions approfondir et accélérer ce processus d'intégration car, de la même manière que je ne crois pas qu'il puisse y avoir de paix sans développement, et de développement sans intégration régionale, je ne crois pas que l'élargissement et le renforcement de cet espace économique puisse se faire sans structure politique appropriée.

Comme le disait Amilcar Cabral à la 3^e Conférence des Peuples africains, en 1961 : « *La pratique de la solidarité africaine a été quelquefois caractérisée par le manque d'initiative, par une certaine hésitation et même une improvisation que nos ennemis ont su exploiter en leur faveur.* »

Je crois que c'est assez vrai... Qu'il nous faut tirer toutes les leçons de l'histoire... Et aujourd'hui, je ne peux m'empêcher de voir une formidable opportunité, dans la tenue, de ce 10^e séminaire au Cap Vert. Laboratoire du métissage, au croisement de 3 continents, le Cap Vert a toujours su, en effet, développer le dialogue et les échanges vers l'Afrique, l'Europe et les Amériques.

Aujourd'hui encore, il s'emploie à renforcer des partenariats économiques stratégiques avec de nombreux pays et organisations régionales et sous-régionales. La question d'une intégration régionale ouest-africaine réussie est donc ici, peut-être encore plus qu'ailleurs, un véritable défi.

Mais si je me réjouis de la tenue de ce séminaire au Cap Vert, c'est aussi parce que cette rencontre est organisée avec la Fondation Amilcar Cabral, qui s'est donnée pour mission de transmettre l'héritage d'un penseur qui a toute sa vie défendu l'idée qu'il était possible d'articuler intérêt individuel et collectif au service des peuples africains et de l'humanité toute entière.

Lors de la 2^e Conférence des Organisations Nationalistes des Colonies Portugaises, réunies à Dar-Es-Salaam, en 1965, Amilcar Cabral assurait, à propos de l'unité africaine : « *La mise en valeur, dans un ensemble, des richesses de notre continent, des capacités humaines, morales, culturelles de notre continent, contribuera à créer un espace humain riche, considérablement riche, qui pour sa part contribuera à enrichir encore plus l'humanité. Mais nous ne voulons pas que le rêve de ce but puisse trahir dans ses réalisations les intérêts de chaque peuple africain.* »

Pour lui : « *L'union des forces matérielles et humaines des pays africains créera des conditions favorables à la construction du progrès, à condition que les peuples soient maîtres de leur destin* ». Je pense la même chose aujourd'hui.

Comme lui, je crois aussi que « *les nationalismes étroits ne servent pas les vrais intérêts du peuple.* » Mais, comme lui, je partage l'idée que l'intégration régionale, dans quelque région du monde que ce soit, ne se décrète pas.

« Nous sommes pour l'unité africaine, à l'échelon régional ou continental, en tant que moyen nécessaire à la construction du progrès des peuples africains, pour garantir leur sécurité et la continuité de ce progrès », assurait également le fondateur du P.A.I.G.C., se déclarant convaincu *« que le problème de l'unité africaine doit être envisagé avec le meilleur sens des réalités et qu'elle ne se réalisera pas du jour au lendemain, mais par étapes. »*

Responsable de la mise en oeuvre du programme des sciences sociales et humaines de l'UNESCO - dont la mission principale est de mettre le progrès au service de la construction d'un monde pacifié à travers l'éducation, les sciences et la culture -, je rejoins la méthode proposée par Amilcar Cabral pour répondre aux difficultés de développement rencontrées par de nombreux pays.

Loin d'une *« crise de croissance »*, Cabral avait repéré une *« crise de connaissances »* et proposait, pour y répondre, de satisfaire 3 nécessités:

- a) La connaissance concrète de la réalité de chaque pays et de l'Afrique ainsi que des expériences concernant d'autres peuples ;*
- b) L'élaboration, sur des bases scientifiques, des principes qui doivent orienter la marche de nos peuples vers le progrès ;*
- c) La définition des mesures pratiques à adopter dans chaque cas particulier... »*

Vous comprendrez, après ce que j'ai dit plus tôt, combien cette démarche est aussi la nôtre aujourd'hui. C'est en effet dans un esprit de partage des savoirs et de mise en commun des connaissances sur les bouleversements du monde contemporain en Afrique de l'Ouest, que nous abordons la question des Etats-Nations face aux défis de l'intégration régionale.

« Nous devons être capables de tirer de l'expérience de chacun ce que nous devons adapter à nos conditions, afin d'éviter des efforts et des sacrifices inutiles. » ... Ce n'est pas moi qui le dit... C'est encore Amilcar Cabral, en 1969. Mais 40 ans plus tard, c'est cette même volonté qui guide le projet régional dans le cadre duquel ce séminaire s'inscrit.

Ainsi, le premier ouvrage sur les débats qui se sont tenus au Bénin vient d'être publié aux Editions Karthala et nous attendons la parution prochaine des séminaires

nationaux du Sénégal, de la Gambie, du Niger, du Burkina Faso, du Mali, du Ghana et du Togo, en attendant les autres qui seront organisés avant la fin de l'année.

Parce que, oui, « *l'expérience des uns doit être utile aux autres* », déjà en mars 2006 nous avons organisé un séminaire régional d'évaluation, avec les 15 coordonnateurs nationaux, pour tirer les leçons de l'organisation des premiers séminaires et orienter plus judicieusement les objectifs et l'agenda des autres séminaires.

Le rapport de ce séminaire national vient également d'être publié et mis en ligne sur le site web de l'UNESCO, pour la diffusion la plus large possible de ce projet qui suscite beaucoup d'espoir auprès de la communauté des chercheurs, et dont, j'espère, les décideurs politiques sauront s'emparer afin d'en tirer le meilleur.

A cet instant, je tiens d'ailleurs à remercier, personnellement, Madame Iva Cabral et Monsieur Claudio Furtado qui ont coordonné ce travail de recherche sur le Cap Vert, ainsi que tous les coordonnateurs qui sont ici présents pour avoir donné corps à ce projet dans leur pays respectif.

Je remercie également vivement les autorités du Cap Vert, et en particulier le Président de l'Assemblée Nationale, qui ont accepté d'accompagner ce projet de réflexion et ont permis l'organisation pratique de cet événement.

J'en profite, aussi, pour remercier toutes les organisations qui ont accepté de se joindre à l'effort de financement de l'UNESCO. Je pense en particulier à l'ACBF, Trust Africa, et au CRDI dont les représentants ont fait le déplacement à Praia pour supporter ce projet de recherche sur l'intégration.

Je remercie, enfin, Madame Carrie Marias, conseillère au Bureau Régional de Dakar, ainsi que son équipe, sans oublier le Prof. Boubacar Barry, coordonnateur régional du projet, pour leur appui constant à la réalisation de cette série de séminaires dont le 10^e s'ouvre donc aujourd'hui au Cap Vert, au milieu de l'Océan Atlantique.

Comme je le disais plus tôt, c'est dans ce cadre de concertation agissante des interfaces entre recherche et formulation de politique que l'UNESCO s'est intéressée à la problématique de l'intégration en espérant que, à la fin du processus, tous les acteurs impliqués aboutiront à trois résultats :

1. la mise en place, dans chaque pays, d'un mécanisme qui permette de poursuivre le dialogue ;
2. l'organisation d'une Conférence internationale sur l'intégration régionale en Afrique de l'Ouest qui permette la synthèse de cette série de séminaires ;
3. Enfin, la création d'un « Centre de Recherches ouest africain pour l'intégration régionale » qui pérennise et développe la réflexion.

Mesdames, Messieurs, vous le voyez, ce séminaire, que j'ai l'honneur d'ouvrir aujourd'hui aux côtés de son Excellence Monsieur Aristide Pereira, ancien compagnon de lutte d'Amilcar Cabral, premier Président du Cap Vert, et actuel Président de la Fondation Amilcar Cabral, revêt donc, à plus d'un titre, un caractère hautement symbolique

Je nous souhaite à tous des débats productifs... Mais je suis assuré, d'avance, que nous aurons de riches discussions, tant l'expérience du Cap Vert - cette terre qui, à la croisée des chemins, nourrit de grands projets sans perdre sa mémoire - est importante pour l'avenir de l'Afrique de l'Ouest, malgré la distance qui le sépare du continent.

Je vous remercie.

Anexo 7. Discurso do Reitor da Universidade de Cabo Verde, Dr. António Correia e Silva

Exmo. Senhor Presidente, Aristides Pereira, Excelência

Exmo. senhor Sub-Secretário Geral da UNESCO para Ciências Sociais,

Caros conferencistas,

Minhas senhoras e meus senhores,

Devo começar por dizer que é com muita honra que participo na cerimónia de abertura deste Atelier. Em primeiro lugar, porque o faço em nome e em representação da recém-criada Universidade Pública de Cabo Verde. Em segundo, porque este evento é produzido pela Fundação Amílcar Cabral, instituição prestigiada na nossa sociedade, não só por ser herdeira do legado de Amílcar Cabral, do seu pensamento inspirador e interpelador, como também pelo facto de a Fundação ter estado a intervir de forma estimulante na cidadania, na cultura e no debate intelectual cabo-verdiano. Permita, por isso, Senhor Presidente Aristides Pereira, que lhe transmita a si e à Fundação os meus parabéns por esta iniciativa.

Além de honrada, a Universidade de Cabo Verde se sente sempre comprometida e incitada a participar, quando o tema é, como este que aqui e agora se vai discutir, as relações culturais, científicas, comerciais e demográficas de Cabo Verde com a sua vizinhança continental. É que, para além dos programas de formação, normalmente desenvolvidos no âmbito das actividades de docência, a UNICV pretende ser uma instituição que se propõe contribuir para a reflexão e o debate dos grandes temas que preocupam a sociedade cabo-verdiana. Temos para nós – e este é um dos traços genéticos da nossa identidade organizacional – que a UNICV, enquanto universidade de Cabo Verde e não apenas uma Universidade em Cabo Verde, não pode desligar-se dos problemas da sociedade cabo-verdiana. Pelo contrário, ela tem, sim, de privilegiar no seu curriculum, na sua agenda de investigação e no seu programa de extensão temas e problemas socialmente pertinentes.

Recusámos uma concepção autocentrada da Academia. Por isso, o perfil de académico que incentivamos será de alguém com competências e atitudes para investigar e reflectir a realidade, aumentando o conhecimento que a sociedade dispõe de si mesma. De académico, dizia, que propende a trazer para a Academia problemas da sociedade e a levar para a sociedade a sua produção intelectual universitária. De quem interroga, busca e interpela permanentemente.

Sendo cabo-verdiana, a UNICV também se define como uma organização africana, com o compromisso de contribuir em matéria de formação, investigação e reflexão para o empowerment científico do nosso continente (componente fundamental da sua emancipação) bem como para a aproximação das suas comunidades de intelectuais. Neste sentido, apraz-me realçar aqui a presença do Prof. Sané e da UNESCO, justamente pelo papel que vêm tendo na promoção de aproximação das comunidades de intelectuais de diferentes estados africanos da nossa região.

Minhas senhoras e meus senhores,

Como pequeno país insular, Cabo Verde só é viável enquanto Estado soberano, se lograr integrar-se em grandes espaços comunitários, capazes de o prover de bens públicos como a segurança, defesa, acordos de comércio, moeda e rede de circulação de pessoas. É, aliás, por esta razão que o eminentemente politicólogo catalão Josep Colomer afirmou em livro recente que o mundo actual oferece oportunidades antes desconhecidas para o auto-governo das pequenas nações. Se o destino das nações, mormente das pequenas, depende da sua integração em amplos espaços multinacionais, é então natural que a integração se torne um tema agudo; que os países não se contentem em estar numa comunidade multinacional por inércia; ou por mera vizinhança geográfica; assim sendo, da integração-solução, da integração-tendência passamos à integração-problema. Um problema de Governo, certamente, e, nesta medida ela ocupa e preocupa os diplomatas, os decisores económicos e políticos. Mas ela deveria ser, sobretudo, um problema de sociedade. Ou seja, das ONGs, das Fundações, das Universidades, dos empresários, dos cidadãos em geral. Se foi no quadro da aliança africana que Cabo Verde acedeu à independência, hoje os cabo-verdianos se interrogam se é neste mesmo quadro que alcançarão o desenvolvimento que tanto almejam. Portanto, com isso quero dizer que as opções de inserção vão a exame não só nas universidades como nos gabinetes dos diplomatas ou nas praças, essas ágoras da cidadania.

Por fim, a integração é igualmente um problema de conhecimento. Só pelo conhecimento aprofundado das potencialidades de desenvolvimento que ela encerra, só pelo conhecimento dos mecanismos através dos quais ela se processa, os povos estarão conscientes das suas opções de inserção internacional. Por conseguinte, as universidades têm a sua quota-parte de responsabilidade na criação dum processo de integração que seja inclusivo, democrático e consciente. Que dê voz e vez a novos actores. Enfim, uma integração *par le bas*, como diriam os nossos amigos francófonos. Só ela estará em sintonia com a gramática dos interesses de Cabo Verde.

Espero (antes, estou certo disso), que este Atelier será um passo importante em direcção à socialização da problemática de integração

Muito Obrigado!

Anexo 8. Discurso do Presidente da Assembleia Nacional, Dr. Aristides Raimundo Lima

Senhor Presidente da Fundação Amílcar Cabral e Ex-Presidente da República, Aristides Maria Pereira;

Senhoras e Senhores Deputados;

Distintos Membros do Corpo Diplomático;

Senhor Sub-Director-Geral da UNESCO para as Ciências Sociais e Humana, Prof. Pierre Sané;

Senhor Reitor da Universidade de Cabo Verde;

Senhora Representante do TRustAfrica;

Senhor Representante do CRDI;

Senhoras e Senhores Conferencistas e Cientistas Sociais;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Caros Amigos;

Queria antes de mais cumprimentar a Direcção da Fundação Amílcar Cabral e o seu ilustre Presidente, Presidente Aristides Maria Pereira, e a todos as distintas individualidades aqui presentes.

Quero agradecer o honroso convite que me foi formulado, para, na qualidade de Presidente da Assembleia Nacional, presidir ao acto de abertura desta importante Conferência Internacional, intitulada: «*Estado-Nação e Integração Regional na África do Oeste: o caso de Cabo Verde*».

Ao mesmo tempo, aproveito a oportunidade para felicitar a Fundação Amílcar Cabral e os seus parceiros externos por terem sabido colocar à discussão este tema incontornável da Política externa de Cabo Verde e que muito interesse desperta, quer dentro, quer fora do nosso país.

Na verdade, o tema da integração enquanto coordenação de actividades de diversos sujeitos estatais e não estatais com vista a um desenvolvimento harmonioso é uma matéria importante da história recente do nosso continente, em particular. Uma vez, falamos em integração de povos, de territórios, de mercados, de produção, de factores de produção. Outras vezes, especificamos e falamos em integração política, económica, social ou cultural.

Na perspectiva das relações entre Estados, talvez seja a integração económica aquela de que mais se tem falado, entendida esta como um conjunto de medidas de política económica, executadas de forma concertada entre um grupo de países geograficamente próximos.

A busca de uma integração económica, como se sabe, deve-se a circunstâncias várias. Entre elas figuram a estreiteza dos mercados, a ausência de determinados factores de produção, a fraqueza de um país no plano internacional.

Com a integração económica o que os países procuram é complementar-se nas suas acções de concertação regional e, deste modo, ganhar alguma vantagem face a outros possíveis concorrentes.

Permitam-me que comece com um pergunta: Como é que o tema da integração, como problema de relação entre actores estatais surge na Constituição da República cabo-verdiana?

O tema da integração não foi ignorado pelas diferentes Constituições que vigoraram em Cabo Verde desde a independência.

A Constituição de 1980, no seu artigo 17º/ 3, dispunha que «*Sem prejuízo das conquistas alcançadas através da luta de libertação nacional, a República de Cabo*

Verde participa nos esforços que realizam os Estados africanos, na base regional ou continental, em ordem à concretização do princípio da unidade africana».

A actual constituição, de 1992, em sede dos princípios das relações internacionais, estatui que o

*«O Estado de Cabo Verde empenha-se no reforço da sua identidade, da unidade e da **integração africanas** ...(art. 11º /7»).*

Fica assim recortada uma injunção para a acção de política externa do Estado de Cabo Verde. Desta leitura da Constituição, cujas *normas consagradoras de princípios* estão longe de ser um solilóquio do legislador, resulta que o Estado cabo-verdiano não pode ser indiferente nem à unidade africana nem à integração do Continente. Pelo contrário, deve organizar-se para participar, na justa medida dos seus interesses, em prol da unidade e integração africanas. Toda a política externa, e não apenas a política africana, deve estar ao serviço dos objectivos permanentes do Estado de Cabo Verde, designadamente os que estão previstos no art. 7º da Constituição da República. Destes objectivos permito-me destacar o seguinte: *«promover o bem-estar e a qualidade da vida do povo cabo-verdiano ...e remover progressivamente os obstáculos de natureza económica, social, cultural e política que impedem a real igualdade de oportunidades entre os cidadãos, especialmente os factores de discriminação da mulher na família e na sociedade».*

Façamos um pouco de história!

O nosso continente, após séculos de dominação e opressão coloniais, que resultaram no sub-desenvolvimento da África, como nos lembra **Walter Rodney** no seu histórico livro, *«How Europe underdeveloped Africa»*, lutou pela independência nacional e criou instituições de concertação que deveriam promover a unidade e a integração da África.

Entretanto, do tempo em que a ideologia pan-africanista inspirou os espíritos de um **Nkrumah**, **Amílcar Cabral** e outros até os nossos dias, muita água correu debaixo da ponte.

A ideia dos *Estados Unidos de África*, pretendida pelo ganês **Nkrumah** não vingou. A ideia de um Estado Federal para a África ao Sul do Sara, protagonizada pelo

senegalês Cheick **Anta Diop** também não se realizou. Então, em 1963, foi criada a Organização da Unidade Africana que haveria de ter um papel particular na libertação completa do continente e na luta contra o apartheid.

Hoje, verificamos um desenvolvimento notável do quadro institucional para a cooperação e integração dos países africanos que está longe de se confundir com o quadro institucional e prático que havia aquando da vigência da OUA.

A OUA apesar do seu papel importante na libertação do continente, tinha as suas limitações. Ela foi criticada pela sua própria natureza de instância intergovernamental, mais concretamente pela sua focalização nos executivos. Num tempo em que, com excepção de um ou outro país, não havia democracia, aquela organização continental chegou a ser considerada, talvez de forma reducionista, como um «*clube de ditadores*», que não conseguiu equacionar os grandes problemas de desenvolvimento do continente.

Para a OUA, que se desenvolveu essencialmente no período da Guerra-Fria, eram sacrossantos os princípios da soberania nacional e da não-ingerência nos assuntos internos de um outro Estado.

Com o nascimento da União Africana em Julho de 2002, em Durban, a OUA deixou de existir, e abriu-se uma nova página na história recente do continente. Pelo menos na perspectiva das instituições.

Entre os objectivos principais da União Africana constam os seguintes: promoção da paz, segurança e estabilidade, democracia, participação popular e boa governação.

Apesar de reafirmar o princípio da não ingerência em matérias da soberania do Estado, é possível a UA, contrariamente à OUA, intervir com todos os meios necessários, incluindo o da força, em determinados casos tais como os de genocídio e de crimes de guerra.

Mas mais, no âmbito da União Africana, Governos que chegam ao poder inconstitucionalmente, por exemplo, através de golpes de Estado não podem participar nas suas estruturas e não serão reconhecidos.

Outro aspecto que realça a nova qualidade da União Africana em relação à OUA é o facto de ela ter incorporado o Tratado de Abuja de 1991, que obriga os Estados a trabalharem por uma Comunidade Económica Africana.

O desenvolvimento institucional dos nossos dias tem ainda a ver com uma iniciativa especial. Refiro-me à NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África).

Com efeito, em Outubro de 2001 nasceu em Abuja, Nigéria, a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África na sequência de iniciativas do Senegal, Argélia, África do Sul e Nigéria. Para muitos, a NEPAD corresponde a uma visão e uma estratégia de desenvolvimento do Continente sem precedente, na medida em que ao propor uma parceria com os países desenvolvidos sublinha de forma clara a responsabilidade da África pelo seu desenvolvimento, o que não acontecia nos primeiros anos do Estado pós-colonial, em que se acusava permanentemente o colonialismo de ser o responsável por todos os males do continente.

Além da vontade de tomar o destino da África nas suas próprias mãos, a NEPAD estabelece um extenso catálogo de prioridades de desenvolvimento do Continente e objectivos de investimento e de crescimento, e proclama importantes princípios como o do respeito pelos direitos humanos, princípios democráticos, a boa governação e a paz como requisitos do desenvolvimento.

A realização destes princípios e a boa gestão económica são fiscalizadas por um mecanismo inovador conhecido pelo «*Africa Peer Review Mechanism*» (Mecanismo Africano de Controlo pelos Pares). Em 2004 cerca de metade dos países africanos já tinha aderido a este mecanismo de monitorização voluntária que visa garantir que a prática política dos Estados esteja em concordância com os princípios proclamados. Este mecanismo, a que Cabo Verde, não aderiu, não deixa de ser importante, não só para a modelação da prática dos Estados, mas também como factor que influencia a política de condicionalidade dos doadores internacionais. Na verdade, os Estados cuja prática, na opinião do *African Peer Review Mechanism*, se ajusta mais aos princípios da democracia, respeito pelos direitos humanos e boa gestão económica não só terão um ambiente internacional mais favorável para os seus propósitos de política externa, como também receberão mais depressa os dividendos da boa governação.

Vê-se, assim, que a União Africana, a NEPAD e o mecanismo de controlo dos Pares relativo à boa governação e democracia, marcam um recomeço na integração africana.

Esta nova realidade institucional, a que se acrescem os novos desenvolvimentos institucionais no âmbito das Comunidades Regionais, como é o caso da CEDEAO, trouxe consigo, como se viu acima, uma releitura do princípio da soberania dos Estados que, como dizia um Comissário africano, permite substituir o *direito à não ingerência nos assuntos internos pelo direito à não indiferença*, sobretudo, quando se trata de violações massivas dos direitos do homem.

Com o funcionamento da União Africana tem-se procurado estimular o desenvolvimento das 5 comunidades económicas regionais existentes no sentido da criação de áreas de livre comércio em 2011. Em perspectiva está a criação de uma Comunidade Económica Africana e de um Mercado Comum no horizonte de 2021 como resultado do normal desenvolvimento das diversas comunidades sub-regionais, como é o caso da CEDEAO e da SADC.

Cabo Verde, como país que beneficiou da acção da OUA na sua luta pela independência, que foi membro da OUA e é membro da União Africana e da CEDEAO, a meu ver, não pode deixar de se apropriar do novo quadro institucional da integração africana e reflectir sobre a sua intervenção nestas estruturas de que é membro, e como tal, titular de direitos e obrigações.

Nesta reflexão não podemos deixar de notar os avanços e os problemas ou constrangimentos.

Se, por um lado, as novas instituições de cooperação e integração africanas põem em relevo a grande ambição dos seus autores, a verdade é que, não se pode deixar de reconhecer que atrás das instituições novas ou renovadas da integração africana está uma realidade complicada que não permite que o desempenho institucional seja o melhor. Temos grandes instituições e poucas condições para fazer funcionar instituições complexas.

Uma boa parte dos Estados africanos são ou *Estados soft* ou *Estados fracos*. *Estados soft* no sentido de que muitos não conseguem realizar os objectivos que se propõem, *fracos* no sentido de baixa institucionalidade e fraco rendimento. A isto acrescem a

inércia política, a falta de recursos financeiros e humanos, a proliferação ou redundância de instituições e a construção das instituições de cima para baixo.

Estes factores parecem ser grandes *inimigos da integração*.

Apesar da evolução, de instituições meramente intergovernamentais para organizações supra-nacionais complexas, ainda há, talvez, pelo menos na prática de algumas organizações de integração, demasiada focalização nos executivos, em detrimento de outras instituições, o que reflecte o nível das democracias africanas. A sociedade civil ainda desconhece as instituições, quer da UA quer da CEDEAO. Os africanos ainda não participam na eleição directa dos seus representantes às instituições parlamentares, quer do Parlamento Pan-africano, quer do Parlamento da CEDEAO. Por outro lado, os poderes dos Parlamentos ainda são essencialmente consultivos.

Este é, sem dúvida, um bom momento para se discutir os grandes desafios da integração.

Podemos perguntar o seguinte: até que ponto é que Cabo Verde tem participado no esforço de integração continental?

No que respeita à CEDEAO, sabemos todos que Cabo Verde não tem participado com suficiente intensidade nas reuniões da organização. O País não tem exercido cargos de grande responsabilidade nos principais órgãos estatutários. Não vai, por exemplo, estar entre os nove primeiros membros da recém - criada Comissão da CEDEAO . Um aspecto positivo é que o arquipélago está representado no Parlamento da CEDEAO com 5 Deputados, sendo um deles Vice-Presidente do Parlamento.

Cabo Verde como país membro tem responsabilidades a cumprir. Entre estas responsabilidades ressaltam as seguintes:

- O pagamento da taxa comunitária que o país cobra nas alfândegas e que ascende a milhares de contos;

- Tarefas no âmbito da liberalização económica na região que postula, por exemplo, a realização de estudos com vista ao estabelecimento de uma tarifa exterior comum;
- Tarefas organizativas com vista a melhorar o desempenho do país no âmbito de uma organização como a CEDEAO para que Cabo Verde possa fazer valer os seus interesses de desenvolvimento e contribuir de forma sensível para o rumo da organização, para que a CEDEAO e as outras instituições continentais supranacionais possam afirmar-se, ganhar credibilidade e significar uma mais valia para a vida dos cidadãos africanos.

Importa encontrar as fórmulas organizativas e institucionais internas para a promoção de uma participação activa e consistente do país no âmbito da CEDEAO e da União Africana e, em geral, dar visibilidade institucional à preocupação com a integração a nível da política externa.

É urgente ultrapassar na sociedade civil o deficit de conhecimento em relação às instituições da CEDEAO e da União Africana e eliminar o desconhecimento dos países da Comunidade a nível do sistema de ensino e de comunicação e trabalhar para superar o panorama de escassez de intercâmbio cultural e científico com os países da CEDEAO. Neste último aspecto a UNESCO, os Estados da região e fundações como a Amílcar Cabral podem seguramente apoiar.

São, pois, grandes os desafios que temos no país. Mas, também os desafios que todos os países africanos têm pela frente.

Antes de mais é essencial que cada um comece *intra muros* a estabelecer um melhor quadro para a boa governação, respeitando o Protocolo Regional sobre a Democracia e a Boa governação. A seguir, importa definir políticas públicas que tenham em conta as necessidades das populações e os objectivos de milénio como mínimo denominador comum; é fundamental reforçar o papel das instituições políticas e judiciais dos países africanos, valorizar os órgãos parlamentares das instituições de integração regional e continental; criar um ambiente de debate político nacional sobre os grandes temas, quer no âmbito das instituições políticas nacionais e locais, quer através dos órgãos de comunicação social; vencer os bloqueios que existem em

termos de ligações físicas entre os países, transporte, designadamente rodoviário, marítimo e aéreo, e reduzir a redundância institucional que existe no Continente.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Cabo Verde neste momento está confrontado com o cumprimento do princípio constitucional de empenho em prol da integração africana e ao mesmo tempo busca, como é sabido, uma parceria especial com a União Europeia que ultrapasse o Acordo de Cotonou e se inscreva provavelmente no âmbito do conceito da grande vizinhança ou de outro modelo qualquer.

Aparentemente estamos a jogar em dois tabuleiros.

Ora, isto suscita necessariamente um questionamento. Será que existe uma contradição insanável entre sermos membros da CEDEAO de pleno direito e a busca de novas formas de cooperação com outros espaços, designadamente com a Europa no âmbito de uma política de grande vizinhança? Eu direi, numa abordagem *prima facie*, que não.

Os Estados são livres e soberanos e têm duas obrigações fundamentais: a primeira é a de procurar garantir condições para que os cidadãos com liberdade e responsabilidade conquistem a sua felicidade pessoal; a segunda é a garantia da própria subsistência e individualidade da entidade estatal. Neste sentido, temos o dever de procurar e percorrer o nosso próprio caminho em função da nossa história africana e dos objectivos superiores da República.

Antes de terminar, queria mais uma vez, expressar o meu reconhecimento pelo amável convite, agradecer a vossa atenção e benevolência pela minha comunicação um pouco extensa e desejar os maiores sucessos a este importante fórum de reflexão.

Muito Obrigado!

Anexo 9. Discurso de encerramento, Prof. Boubacar Barry

Anexo 10. Discurso de encerramento do Presidente do Conselho Científico da FAC

Senhor Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade, Excelência

Senhor Representante da Fundação Amílcar Cabral

Excelentíssimo Senhor Pierre Sane, Subdirector Geral da UNESCO para as Ciências Sociais e Humanas

Exmo. Senhor Boubacar Barry, Coordenador do Projecto MOST sobre a Integração Regional na Africa Ocidental

Minhas Senhoras, Meus Senhores

Permitam-me, antes de mais, e em nome da Comissão Organizadora desse Atelier, agradecer os conferencistas pela qualidade das comunicações, a profundidade das reflexões e a relevância dos questionamentos que se colocam, a um só tempo, aos investigadores, aos políticos e decisores, aos empresários e os cidadãos cabo-verdianos na sua globalidade.

De igual modo, gostaria de agradecer os debatedores, não apenas por terem aceite o convite que lhes foi formulado para introduzirem a discussão à volta de temáticas específicas como também pela pertinência das questões introduzidas.

Aos coordenadores nacionais do projecto MOST sobre a Integração Regional Africana que aceitaram o convite para virem a Cabo Verde queria agradecer o olhar de fora que trouxeram aos nossos debates, permitindo um novo questionamento e, por vezes, o apontar de pistas antes não percebidas.

A todos os participantes nesses dois dias de intenso debate vão igualmente os nossos agradecimentos pelo interesse demonstrado e visível tanto na presença quanto na participação activa nos debates.

Minhas e Meus Senhores

As reflexões e os debates produzidos nesses dois dias mostraram o quanto temos necessidade de definir e implementar uma agenda de investigação sobre a dimensão regional da integração cabo-verdiana que ultrapassa as vicissitudes das agendas políticas de curto prazo ou as eventuais crises de natureza identitárias, mas se inscrevam numa perspectiva de estratégia a longo prazo, fazendo emergir os ganhos actuais, mas sobretudo potenciais para os Estados, as economias, as sociedades, terão.

A reflexão histórica produzida durante esse Atelier mostrou-nos como no passado experiências de integração de Cabo Verde no espaço continental oeste-africano trouxe ganhos substanciais e substantivos. Aliás, mais do que isso, a reflexão mostrou que somos o que somos por termos estado integrado na costa ocidental africana. Mais, que dela emergimos.

Embora não tenha sido objecto de reflexão profunda dos conferencistas, mas levantado nos debates, comunidades cabo-verdianas emigradas em grande parte dos países da África ocidental constituem pontes seguras da ligação das ilhas com o continente.

Da mesma forma, o fluxo e refluxo de pessoas que nas últimas décadas se tem vindo a conhecer entre o arquipélago e continente testemunham o dinamismo das pessoas, da sociedade. É, sem dúvida, a integração **par le bas** que está a ocorrer e que alguns olhares espontâneos e de senso comum, vêem como ameaça e não como uma oportunidade.

Parece que o sedimento orgânico do processo de integração regional, sem menosprezar, é claro, a dimensão institucional, encontra-se nesse nível de relacionamento humano, económico, social e cultural. Algo bem presente no nosso quotidiano, ainda que não visível para muitos.

Neste particular, constitui um desafio tanto para a FAC como para o Projecto Most sobre a Integração Regional na África Ocidental avançar com uma linha ou um projecto de investigação para analisar, no caso contexto de Cabo Verde, as vantagens económicas, sociais e culturais que o fluxo e o refluxo populacional tem aportado. Mais do que a mera dimensão de produção de conhecimento certamente que os resultados do projecto poderão municiar os decisores de informações indispensáveis a uma adequada definição de políticas. De igual modo, possibilitará dados e informações

capazes de permitir disseminar na sociedade conhecimentos capazes de relativizar e, quiçá, reposicionar ideias geralmente preconcebidas.

Parece evidente dos debates havidos que a problemática da integração regional não é - e nem deve ser - um assunto apenas dos estados e governos mas essencialmente da sociedade devendo-se, por isso, abrir e criar espaços de discussão sobre a matéria.

Contudo, como se afirmou aqui, reiteradas vezes, só se pode discutir quando se conhece. O não conhecimento e o desconhecimento da realidade africana ocidental em Cabo Verde pode constituir um constrangimento. Colocando de forma diversa a questão, diríamos que a busca do conhecimento da realidade africana ocidental constitui um desafio. E neste quadro, o presente Atelier pode e deve constituir o início de um processo de reversão do **status quo**.

Com efeito, o desafio assumido e afirmado na sessão de abertura pelo Presidente da Fundação Amílcar Cabral da criação de um Centro de Estudos Africanos virá, certamente, ajudar esse processo de produção e difusão de conhecimentos da e sobre Cabo Verde e Africa, com particular realce para a nossa sub-região.

No contexto da globalização, parece cada vez fazer menos sentido pensar em estados, economias e sociedades auto-centradas e auto-referentes. Antes, a busca inteligentes de espaços potenciais e possíveis de ganhos e de inter-relações surge como o grande desafio. Neste mesmo âmbito, e as discussões havidas apontaram para a necessidade de se repensar exercícios reflexivos assentes em lógicas binárias, em raciocínios maniqueístas e duais e excludentes. A reflexão deve buscar pontos de convergências e complementaridades, pela busca de relações multi-causais ou de determinações múltiplas.

Mais ainda, e assente nessa postura reflexiva a problemática da integração regional de Cabo Verde aparecerá menos como um risco ou um constrangimentos e mais como uma oportunidade que, como todas, comporta riscos capazes de serem geridos.

Os debates também mostraram que o sucesso e, mesmo o desafio, da integração regional passa pelo envolvimento de todos os actores políticos, económicos e sociais.

A investigação científica aparece aqui, mais uma vez, como potencialmente propiciadora de elementos de conhecimento e clarificação. Eventualmente, a o nível real, social e economicamente falando, da integração económica pode ser maior do que eventualmente a sua visibilidade o demonstra. Com efeito, resta saber se as estatísticas actuais conseguem captar uma dimensão importante económica das transacções económicas entre os operadores económicos da sub-região que se estrutura á volta da economia informal.

Mais ainda, e mesmo a nível da economia formal, resta aprofundar estudos no sentido de determinar a real presença-quantitativa e qualitativa - de operadores económicos da sub-região no tecido empresarial cabo-verdiana.

Emergiu ainda da nossa reflexão a necessidade de aprofundamento de estudos sobre a dimensão insular da integração regional, numa análise de mão dupla. Isto é, como a insularidade pode constituir uma condicionante e uma oportunidade para Cabo Verde e como essa mesma insularidade pode constituir uma condicionante e uma oportunidade para os países continentais.

Para lá, das decisões políticas tomadas, as dinâmicas reais e autonomia da investigação devem fazer emergir espaços de reflexão e de diálogo que, fundadas na investigação, poderão influenciar o processo de tomada de decisão.

Neste contexto, e como anunciado pela cerimónia de abertura da realização de um estudo sobre o impacto da não integração no desenvolvimento dos estados e das sociedades africanas poderá oferecer elementos importantes e, quiçá decisivos, no debate que estamos tendo.

Minhas Senhoras e Meus senhores

Estou convencido que o presente Atelier constitui, de facto, um ponto de partida para a abertura de temáticas e linhas de investigação sobre a problemática da integração africana, de debate sobre as políticas públicas de integração regional, da definição do lugar reservado aos diferentes actores cabo-verdianos.

Muito obrigado!

**Anexo 11. Discurso de encerramento do Dr. Pierre Sané, Sub-Director
Geral da UNESCO para as Ciências Sociais e Humanas**

**NOTES SUR LE DISCOURS DE CLOTURE DE PIERRE SANE,
SOUS-DIRECTEUR GENERAL DE L'UNESCO POUR LES SCIENCES
SOCIALES ET HUMAINES**

- Qualité du séminaire – félicitations à la Fondation Amilcar Cabral
- Si même passion dans la construction de l'Afrique de l'Ouest réussite
- 15 séminaires / 15 capitales de la CEDEAO / 15 centres de l'Afrique de l'Ouest
- Chaque pays est spécifique, avec des défis à relever découlant de son histoire, de sa situation géographique, de sa structure économique et de sa trajectoire politique. A ce titre il est légitime de se poser la question de savoir s'ils peuvent articuler une vision commune de l'avenir ? Les dirigeants des Etats ont répondu qu'ils le voulaient mais la question à laquelle tente de répondre ce projet c'est le peuvent-ils ? et à quelles conditions ?

Volonté politique = source/fondement/ambition

La volonté politique a trouvé sa source bien sûr dans un passé commun d'asservissement des peuples de la région par l'Europe mais aussi dans un passé de luttes solidaires pour l'émancipation citoyenne. Cette vision commune de l'avenir se fonde sur les potentialités économiques, humaines et culturelles de la région dont la réalisation continue à se heurter au legs colonial et à la mauvaise gouvernance post coloniale à savoir fragmentation territoriale, économie primaire, non maîtrise de la science et technologie, déficits d'éducation et de démocratie. Cette volonté politique a pour ambition de créer un espace de paix et de prospérité pour tous les peuples de la région dans le contexte d'une mondialisation impitoyable

Action politique

Nous souhaitons que l'action pour la mise en œuvre de cette vision soit informée par l'analyse concrète des mutations dans chaque pays. Nous souhaitons susciter un débat basé sur une recherche de qualité.

Nous souhaitons encourager des échanges scientifiques entre institutions de la région afin que les transformations nécessaires puissent être guidées par une connaissance approfondie des réalités sociales économiques et culturelles de chaque pays car la CEDEAO n'est plus seulement un projet de zone économique. Ça devient une condition de survie : qu'il s'agisse de la Sierra Leone, du Liberia ou même de la Guinée, l'intervention de la Communauté a été déterminante pour le maintien de l'intégrité de ces pays. La CEDEAO est avant tout une zone de solidarité des peuples de la région vue des 5 zones d'une Afrique qui se veut debout qui ne peut continuer à avancer sans débat contradictoire informé et public.

C'est la mission que nous nous sommes assignés à travers ce projet.

Je me félicite, je félicite la Fondation Amilcar Cabral. Je félicite tous les intervenants pour ce séminaire.

